



FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RITA DE CÁSSIA DUARTE DE FIGUEIREDO ALENCAR

**PÚBLICO PRIORITÁRIO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): A PERCEPÇÃO DOS
PROFISSIONAIS QUE O EXECUTAM NO CRAS JARDIM DAS
OLIVEIRAS.**

FORTALEZA - CEARÁ
2019

RITA DE CÁSSIA DUARTE DE FIGUEIREDO ALENCAR

PÚBLICO PRIORITÁRIO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): A PERCEPÇÃO DOS
PROFISSIONAIS QUE O EXECUTAM NO CRAS JARDIM DAS
OLIVEIRAS.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Faculdade Teológica e
Filosófica Ratio, como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social

Orientadora: Ms. Luciana Gomes Marinho

FORTALEZA - CEARÁ
2019

Dedico esse trabalho aos meus queridos netos Mateus e Helena, que renovaram minha existência e me deram um novo ânimo para continuar lutando, aprendendo e apreciando a vida.

RITA DE CÁSSIA DUARTE DE FIGUEIREDO ALENCAR

PÚBLICO PRIORITÁRIO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV): A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE O EXECUTAM NO CRAS JARDIM DAS OLIVEIRAS.

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Luciana Gomes Marinho

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Luciana Gomes Marinho (Orientadora)
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Mota
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Prof. Esp. Francisca Emmanuelle Saraiva
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que colocou este sonho de uma nova formação superior em meu coração, iluminou meus caminhos e me deu saúde e forças para superar todos os momentos difíceis em que me deparei ao longo da minha graduação.

Agradeço à minha mãe Luiza, que me cuidou por toda uma vida, e hoje em dia sou eu quem te cuido. E nessa troca de zelos nos tornou interligadas de forma inexplicável, nesse amor completamente divino! Você quem enxugou as minhas lágrimas nos momentos que pensei em desistir, e me deu forças para chegar até aqui! Te amo mãe!

Jamais esquecerei de agradecer às luzes da minha vida, meus lindos filhos, Carol, Natália e Rui Filho. Eles que compreenderam tantas ausências ao longo destes anos e desde o primeiro momento me apoiaram nesta jornada.

A todos os meus professores, gostaria de dizer “Muito Obrigada!”. Vocês tornaram as minhas noites ricas de novos aprendizados e souberam sempre ter a sensibilidade de nos reanimar após todo o cansaço de um dia de trabalho.

Gratidão aos meus colegas de turma, que por muitos momentos se tornaram mais que amigos, e sim família. Ao longo destes anos partilhamos mais que as angústias de uma nota final, e sim vivências pessoais e sonhos!

Querida orientadora, te agradeço por tornar este trabalho possível. Por viver e suportar todas as minhas aflições nestes últimos meses. As suas valiosas indicações fizeram toda a diferença.

Aos meus colegas e amigas do CRAS Jardim das Oliveiras, que tornam meu dia a dia tão leve e cheio de amor e aprendizado profissional. Foi aí que este sonho de ser Assistente Social ganhou sua semente, e é aí que vou comemorar mais essa conquista.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial aos profissionais entrevistados, sem o ‘sim’ e a colaboração de vocês, este trabalho não seria real e nem possível de realização.

Agradeço ainda, por essa maravilhosa banca examinadora da minha produção acadêmica, que aceitaram tão prontamente participar e enriquecer com seus ensinamentos esta monografia.

Por fim, gratidão a todos aqueles que de forma direta ou indiretamente fizeram parte desta graduação e colaboraram com a minha nova formação profissional.

*“Não devemos permitir que alguém saia da
nossa presença sem se sentir melhor e
mais feliz. ”*

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

De título Público Prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): a percepção dos profissionais que o executam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim das Oliveiras, esta monografia teve como objetivo apreender a percepção dos profissionais que executam este serviço anteriormente mencionado sobre o público prioritário do mesmo. A partir deste pressuposto buscou-se apresentar inicialmente o contexto histórico de construção da Política de Assistência Social, cujo SCFV está inserido. Em um segundo momento foi construído um capítulo sobre o serviço em tela, dando uma ênfase sobre o Público Prioritário. A terceira parte deste estudo retrata o campo de pesquisa escolhido – CRAS Jardim das Oliveiras – bem como o universo amostral entrevistado – os profissionais que executam o serviço neste campo – e ainda a percepção destes sobre o Público Prioritário no SCFV – sendo este último o objetivo central deste trabalho monográfico. Este estudo trata-se de uma pesquisa teórico – exploratória de natureza qualitativa que recorreu à pesquisa bibliográfica e documental. Sobre este aspecto podemos destacar autores como Jaccoud (2009), Sposati (2009) e diversas plataformas oficiais de documentos nacionais – Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, Política Nacional de Assistência Social – dentre outros como embasamento teórico. A pesquisa exploratória de campo foi realizada com um universo amostral de quatro sujeitos, através de um questionário e entrevista semiestruturada. Foi possível através desta pesquisa, apreender as dificuldades e facilidades encontradas pelos profissionais na execução deste serviço, bem como o fato destes não se sentirem aptos nem qualificados ou capacitados para executar o SCFV com o público prioritário, que, segundo os entrevistados, deveriam ser atendidos em serviços e equipamentos da proteção social especial, e não na proteção social básica, onde atualmente estão inseridos. Por fim se encontra um espaço dedicado às considerações finais, recheadas de análises críticas que foram inerentes da formação acadêmica que é objetivo final e central de toda a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Palavras Chaves: Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Público Prioritário.

ABSTRACT

Under the title "Priority Public in the Service for Coexistence and Strengthening of Links" (SCFV): the perception of the professionals who carry it out in the Reference Center for Social Assistance (CRAS) Jardim das Oliveiras, this monograph aimed to understand the perception of the professionals who carry out this service about its priority public. Based on this assumption, it was sought to initially present the historical context of the construction of the Social Assistance Policy, whose SCFV is inserted. In a second moment, a chapter was built on the service on screen, with an emphasis on the Priority Public. The third part of this study portrays the chosen research field - CRAS Jardim das Oliveiras - as well as the sample universe interviewed - the professionals who perform the service in this field - and also their perception of the Priority Public in the SCFV - the latter being the central objective of this monographic work. This study is a theoretical - exploratory qualitative research that resorted to bibliographic and documentary research. On this aspect we can highlight authors such as Jaccoud (2009), Sposati (2009) and several official platforms of national documents - National Typification of social assistance services, National Policy of Social Assistance - among others as a theoretical basis. The exploratory field research was conducted with a sample universe of four subjects, through a questionnaire and semi-structured interview. It was possible, through this research, to understand the difficulties and facilities encountered by professionals in the execution of this service, as well as the fact that they do not feel fit, qualified or qualified to perform the SCFV with the priority public, which, according to the interviewees, should be served in services and equipment of special social protection, and not in basic social protection, where they are currently inserted. Finally, there is a space dedicated to the final considerations, full of critical analyses that were inherent to the academic education that is the final and central objective of all the construction of this Course Conclusion Work.

Keywords: Social Assistance. Service of Living Together and Strengthening of Links. Priority Public.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAD ÚNICO	Cadastro Único para programas sociais
CEPB	Célula de Proteção Social Básica
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para população em situação de rua
CF	Constituição Federal
CIT	Conselho Intergestores Tripartite
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CJO	CRAS Jardim das Oliveiras
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializados de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PBEC	Projeto do Bem-Estar Comunitário
PCD	Pessoa com Deficiência

PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
SAS	Secretaria da Ação Social
SCDH	Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDHDS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SETAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SETRA	Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SISC	Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNSS	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	18
3	O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS ..	26
3.1	ASPECTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS	26
3.2	O PÚBLICO PRIORITÁRIO	32
4	A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE EXECUTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VINCULOS NO CRAS JARDIM DAS OLIVEIRAS SOBRE O PÚBLICO PRIORITÁRIO	39
4.1	O CRAS JARDIM DAS OLIVEIRAS	39
4.2	OS PROFISSIONAIS QUE EXECUTAM O SCFV NO CRAS JARDIM DAS OLIVEIRAS	45
4.3	AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE O PÚBLICO PRIORITÁRIO NO SCFV	49
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICES	61
	APÊNDICE A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO.	62
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	63
	APÊNDICE C – ENTREVISTA	64
	APÊNDICE D – REGISTROS FOTOGRÁFICOS	65
	ANEXOS	68

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, cujo tema principal é o Público Prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) objetiva conhecer a percepção dos profissionais que o executam no CRAS Jardim das Oliveiras¹. Esta pesquisa foi fruto de longos anos de atuação e proximidade neste serviço da proteção social básica.

Para que seja possível contar esta história, necessito da autorização do leitor para que o discurso seja feito em primeira pessoa do singular, pois acredita-se que assim seja um modo de facilitar o discurso justificativo que será apresentado.

Esta longa atuação supramencionada se iniciou em meados de 2013, quando sob vínculo de terceirização², fui contratada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, para atuar como Pedagoga, e fui lotada para prestar serviço no CRAS Jardim das Oliveiras.

Desde o primeiro momento, foi-me dada a função de técnica de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos neste equipamento. Foi então que tive a oportunidade de estudar, conhecer e atuar diretamente com este serviço da proteção social básica.

No ano de 2014, a Prefeitura de Fortaleza decidiu mudar o seu meio de contratação profissional e decidiu que os técnicos de nível superior e os educadores sociais, que atuavam ou gostariam de atuar na proteção social do município deveriam passar por uma seleção pública composta por prova objetiva e avaliação de títulos e experiência na área. E ao serem aprovados, manteriam vínculo com a secretaria gestora desta política pública via contrato. Este contrato era vigente por um ano, e poderia ser prorrogado por mais um ano.

Com o intuito de permanecer no mesmo local de trabalho, e na mesma área de atuação, me submeti a seleção supracitada, para a vaga de pedagoga, após muita dedicação e estudo fui aprovada em 1º (primeiro) lugar. Tal realização foi um grande estímulo para uma futura graduação em Serviço Social.

Durante a vigência do primeiro contrato, que devido a prorrogação, durou de

¹ Situado em Fortaleza-Ceará, no bairro Jardim das Oliveiras há 14 anos, objetiva a ampliação do acesso aos direitos sociais da comunidade através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios

² Terceirização é a contratação de serviços por meio de empresa, intermediária entre o tomador de serviços e a mão-de-obra, mediante contrato de prestação de serviços. A relação de emprego se faz entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços, e não diretamente com o contratante destes.

2014 a 2016, permaneci trabalhando como pedagoga, e mais diretamente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Jardim das Oliveiras. Foi então que houve uma nova seleção em 2016 com o mesmo intuito da anterior.

Novamente aprovada, em novo contrato, vigente de 2016 a 2018, fiquei lotada no CREAS Luciano Cavalcante³, período este em que pude conhecer a proteção social em outra vertente, em sua média complexidade. Com famílias em situação de violação de direitos.

E esse contrato complementar, me colocou ainda mais inserida em um mundo que eu não desejara mais sair, o mundo da Assistência Social. Então, decididamente, me matriculei na faculdade Ratio, para mais uma formação superior, em bacharel em Serviço Social.

A terceira seleção pública, ocorreu em abril de 2018, e mais uma vez fui aprovada. O novo contrato assinado, que ainda está em vigência me possibilitou voltar à proteção social básica, especificamente, ao CRAS Jardim das Oliveiras novamente. Consequentemente, um retorno ao acompanhamento do SCFV.

Foi nesta nova ocasião, que tive conhecimento sobre o público prioritário, e as demandas advindas dele, documentações e acompanhamentos solicitados por parte da gestão da política.

De acordo com os dados informados pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), no atual ano de 2019, existem documentados um quantitativo de aproximadamente 1837 (um mil oitocentos e trinta e sete) usuários com perfil de público prioritário na cidade de Fortaleza. O quantitativo referente ao mesmo público no CRAS Jardim das Oliveiras, é de 30 (trinta) usuários, ambos até a presente data.

Observei o quão nova esta categoria se mostrava, com poucas referências teóricas sobre ele, demanda formal até então não existente nos CRAS, sendo eu, a primeira técnica deste equipamento a fazer todo o levantamento e construção dos relatórios deste público em análise.

Contudo, as situações prioritárias me intrigaram bastante, pois com o conhecimento das duas esferas da política, pude observar que em sua grande maioria se

³ Localizado à Rua Thompson Bulcão, no bairro Luciano Cavalcante, na cidade de Fortaleza – Ce. Este equipamento público oferece serviços objetivando acolher, orientar e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direitos. Este CREAS especificamente dá cobertura de seus serviços a aproximadamente 30 bairros da capital cearense.

estas enquadravam em demandas e público para a proteção social especial, e não para a básica.

Meus questionamentos eram relativos à adequação do CRAS, que faz parte da Proteção Social Básica, em relação ao atendimento destes usuários pertencentes a outro nível de complexidade. Bem como, se os profissionais do SCFV, estariam aptos a receber e desenvolver um trabalho voltado a este público.

Então, em meio a uma graduação que me instiga a obter um senso crítico sobre a realidade, e vivenciando no dia a dia do trabalho uma situação que me inquietava, decidi estudar sobre esse serviço, esse público em específico, e ainda buscar saber a opinião dos outros profissionais do equipamento. Surgiu então a temática central do meu trabalho monográfico.

Certa da decisão que tomei, iniciei uma busca por artigos e textos online, bem como monografias, livros e documentos que pudessem me trazer ainda mais conhecimentos além da prática do serviço que eu já havia sido apresentada ao longo destes anos trabalhando na política.

Assim, diante de tudo que foi citado anteriormente, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo geral, conhecer a percepção dos profissionais que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Jardim das Oliveiras em relação ao público prioritário.

Porém, outras indagações também foram utilizadas como estratégia nesse processo de estudo e análise, e foram colocados como objetivos específicos desta pesquisa. A saber: construir o contexto histórico da política de assistência social do âmbito nacional ao municipal e apresentar quais são as situações geradoras do público prioritário.

E ainda, nesta pesquisa em tela, foi construído o perfil dos funcionários que executam o SCFV no CRAS Jardim das Oliveiras; elencar quais aspectos facilitadores e dificultadores na execução deste serviço; e descobrir se os profissionais se sentem capacitados e aptos para a execução do serviço com o público prioritário.

Tendo em vista os objetivos acima propostos, a natureza desta pesquisa, foi do tipo qualitativa. Essa escolha se deu por acreditar que ela se destina “a trabalhar com a complexidade e as contradições de fenômenos singulares em termos de suas origens e de sua razão de ser.” (OSTERNE, 2000).

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre o sujeito e objeto, ambos sendo da mesma natureza há empatia aos motivos, às

intenções e aos projetos dos autores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Assume assim uma abordagem mais adequada ao que é proposto, pois tanto nos fornece “elementos capazes de contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno em estudo, como também permite aos sujeitos da pesquisa uma oportunidade de compreensão e exposição maior de ideias.” (PINTO, 2015).

Na construção deste estudo, o foco manteve-se no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em seus saberes teóricos e práticos. Os sujeitos desta pesquisa, foram os profissionais que o executam. E o campo escolhido a ser analisado foi o CRAS Jardim das Oliveiras, “um equipamento público da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), situado estrategicamente em uma área com alto índice de vulnerabilidade da cidade.” (MOURA,2018).

Os sujeitos escolhidos, neste campo em específico, representam um universo e uma amostra de 4 (quatro) profissionais – 3 (três) Educadores Sociais e um Facilitador de Artes. Estes trabalham de segunda à sexta, de 8 (oito) às 17 (dezesete) horas, com intervalo de uma hora de almoço.

A estes sujeitos, foi feito um convite à participação desta pesquisa, explicando nesta ocasião os objetivos e a metodologia que seria utilizada. Além disto, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), conforme anexo, tendo em vista atender à questão do sigilo das informações coletadas, e o anonimato dos sujeitos participantes.

Até a presente data, ocorrem no equipamento em tela, 2(dois) grupos de crianças nos dias de segunda e quarta (manhã e tarde) e um grupo de idosos nos dias de terça e sexta pela manhã apenas. Sendo de responsabilidade destes profissionais supracitados a execução deste serviço.

As categorias definidas para este trabalho monográfico, em consonância com os objetivos propostos foram: Assistência Social; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Público Prioritário. De acordo com a Lei nº8.742 de 7 de dezembro de 1993, A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em seu artigo 1º, define a assistência social, como:

Direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (CNAS, 1993, p. 01).

Para Martinelli (2000), ao longo da história, a Assistência Social foi encarada como um meio de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição daqueles destituídos de posses ou bens materiais. Isto é, em momento anterior ao advento da supracitada Lei, a assistência prestada pela burguesia era carregada sempre de outras intensões para além da prática da caridade, como por exemplo: perpetuar a servidão a ratificar a submissão.

Em suas palavras, a Assistência Social se materializa “na esmola esporádica, na visita domiciliar, na concessão de gêneros alimentícios, roupas, calçados, enfim, em bens materiais indispensáveis para minorar o sofrimento das pessoas necessitadas.” (MARTINELLI, 2000).

Apresentando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o SCFV caracteriza-se por ser uma “Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.” (BRASIL, 2013, p. 16).

Segundo Carvalho, a oferta de um serviço da proteção social básica voltado para o fortalecimento de vínculos consiste em um desafio de suma importância. Afirma isto, por acreditar que “o tratamento às vulnerabilidades no campo das relações sociais é uma responsabilidade pública.” (2017).

Seguindo nesta mesma direção, o Público Prioritário para inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos foi definido, tendo como base 11 (onze) situações de vulnerabilidades ou risco, pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Intergestores Tripartite (CIT) de nº 01 de 2003.

Tais situações de prioridade vivenciadas pelos usuários devem ser registradas, bem como, a equipe técnica do equipamento referente deve “tomar as providências necessárias para inserção da família no acompanhamento familiar.” (BRASIL, 2017, p. 52).

Neste estudo foram utilizados três tipos de pesquisa: a bibliográfica, a documental e a de campo. Inicialmente subsidiado através do estudo bibliográfico a fim de construir seu embasamento teórico. Assim, a pesquisa foi feita em livros, trabalhos acadêmicos e artigos científicos que exploravam adequadamente o assunto.

Temos em Jaccoud (2009); Sposati (2009), Carvalho (2017) e Moura (2018) uns dos principais autores utilizados neste Trabalho de Conclusão de Curso, que proporcionaram a obtenção de informações relevantes acerca do tema em tela.

A pesquisa documental, também foi utilizada, de forma fundamental tendo em vista as categorias definidas. Este tipo de pesquisa define-se por ser “aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.” (PÁDUA *apud* PIANA, 2009).

Foram utilizados neste âmbito documental dados advindos da Constituição Federal de 1988, e diversas normas básicas legais, como: Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB/SUAS), Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, além de dados advindos da própria Prefeitura de Fortaleza através da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

E durante todo o processo de construção deste estudo, ocorreu também pesquisa de campo, pois julga-se, segundo Moura, ser a técnica mais adequada para a construção de um modelo da realidade, pois proporciona a observação do objeto de pesquisa em seu próprio ambiente (2018, p.17)

Utilizamos ainda a observação participante, que se define por ser:

“Um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. A filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provem, aprendendo a se colocar no lugar do outro.” (MINAYO, 2010, p. 70)

De um modo geral, foram empregados procedimentos, instrumentos e técnicas, tais como: Questionário; Entrevista Semi Estruturada; Observação direta não participante. Todos eles objetivando uma melhor compreensão da realidade a partir dos dados coletados, estes, cheios de significados e detalhes do contexto em que os sujeitos estão inseridos.

Nesta perspectiva, esta monografia encontra-se dividida em mais três capítulos. O primeiro deles foi focado na Política de Assistência Social, onde foi apresentado toda a construção histórica desta categoria, do âmbito nacional ao municipal, perpassando por fatos e surgimentos de toda a base legal que hoje alicerça tal política social.

O segundo capítulo foi desenvolvido tendo como base outra categoria de destaque deste estudo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Com uma subdivisão, focada no Público Prioritário. Esta escolha se deu por acreditar que seja necessário ter a ciência, ler e compreender as legislações, regras e seu funcionamento para que se compreenda e se alcance os objetivos propostos.

No terceiro, e último capítulo, há algumas outras subdivisões. A primeira delas apresenta o local onde foi desenvolvido este trabalho, com dados teóricos, numéricos e históricos sobre o CRAS Jardim das Oliveiras. A segunda parte deste capítulo objetiva-se em retratar o perfil dos sujeitos desta pesquisa de forma mais detalhada.

O último tópico deste terceiro capítulo, foi onde se desenvolveu o objetivo geral deste trabalho monográfico. É onde encontra-se os dados colhidos nas entrevistas, e relatos sobre as percepções dos profissionais deste equipamento supramencionado, sobre o público prioritário.

Este Trabalho de Conclusão de Curso se finda com um momento reservado para as considerações finais, cheias de análises críticas e pessoais sobre a temática central desta pesquisa.

Almejo, portanto, que ao fim da leitura e análise desta monografia, não seja encontrada apenas uma pesquisa acadêmica que buscou gerar pressupostos para a conquista da graduação. E sim, que seja um documento que possa transmitir conhecimento aos que nela se deleitarem, como também à bibliografia do nosso querido curso de Serviço Social.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O período das grandes revoluções industriais foi um grande divisor de águas frente à Assistência Social mundial. Até então, as sociedades asseguravam “a proteção social de seus membros por meio de solidariedades tradicionais de base familiar ou comunitária.” (JACCOUD, 2009).

Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas constatou-se que “a vulnerabilidade e a insegurança social vinham se expandindo ao passo que se desenvolviam as relações de trabalho assalariadas” (PINTO, 2015). Era observado que crescia o risco de as famílias e trabalhadores despencarem na miséria devido a impraticabilidade de se obter proventos no mercado de trabalho vigente.

Com todas estas realidades apresentadas, foi intensificado na sociedade mundial, a inevitabilidade da assistência aos pobres. Esta, por sua vez, uma preocupação contínua no decorrer dos anos. Diante disto, se tornou impossível, deixar o nosso país fora de todo este movimento.

No Brasil, a desigualdade social e a luta por justiça social se entrelaçam com a própria história do país. Aqui, por longos anos, segundo afirma Moura “a assistência aos mais pobres era indigna de atenção pelos poderes públicos” (2018, p.20). O estado se qualificava por ser apenas um simples:

Distribuidor de isenções clientelistas a grupos privados e religiosos e estes concentravam o atendimento à população vulnerável. A pobreza era tida como uma fatalidade e a assistência deixada à iniciativa da igreja e dos chamados “homens bons”. (BRASIL, 2013)

Perpetuada até meados do século XVIII, esta prática supramencionada, era o que chamamos de “assistência esmolada”. Após este período, surgiu a “assistência disciplinada”, reconhecida por intervenções “filantrópicas e a cargo de particulares e religiosos e instituições como hospitais e asilos” (BRASIL, 2013).

Neste momento, realizamos um salto para o período político de 1930, cujo o presidente Washington Luis foi destituído e Getúlio Vargas foi ascendido ao governo do Brasil. Sob essa gestão, o Estado buscou aumentar a sua atividade na área social, em resposta à consolidação das lutas sociais e trabalhistas. Houve a condução da “questão social ao centro da agenda pública” (BRASIL, 2013).

Os símbolos deste crescimento da ação pública na área social deste período foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Consolidações das

Leis do Trabalho (CLT). Foi nesta mesma época que surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS)⁴, partes de “um sistema de previdência social baseado na lógica do seguro [...] cujo acesso aos benefícios era condicionado ao pagamento de contribuição.” (BRASIL, 2013).

Essa legislação alcança o trabalhador organizado, o trabalhador do mercado formal. O trabalhador com carteira de trabalho. E ela deixa de lado qualquer ação de proteção social para os trabalhadores do mercado informal, para os pobres da sociedade naquele momento histórico. (YAZBEK apud BRASIL, 2013)

A proteção social brasileira foi, portanto, desenvolvida se baseando pelo seguro social, permitindo minorar “a situação de insegurança e vulnerabilidade que marcava a situação do trabalhador assalariado” (JACCOUD, 2009, p. 59). Em contrapartida, excluiu, durante várias décadas, os grupos e classes sociais que não faziam parte do mercado de trabalho formal.

No ano de 1936, ocorreu a fundação da primeira escola de Serviço Social do Brasil, na cidade de São Paulo. Foi criada através de uma congregação de senhoras com uma estreita relação com a ação e religiosidade católica. Estas tinham a crença de que esta escola possibilitaria uma qualificação do trabalho social e “sobretudo uma possibilidade de desenvolver a ação social junto ao meio operário, junto aos trabalhadores.” (YAZBEK apud BRASIL, 2013)

No Rio de Janeiro, em 1937, foi instituída a segunda escola de Serviço Social do país. Enfatizamos, porém, que ambas escolas supramencionadas “foram marcadas pelo grande viés religioso, de caráter assistencialista.” (MOURA, 2018, p. 21).

Em julho, do ano de 1938, houve a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), formado por pessoas indicadas pelo Presidente Vargas. A função dada ao conselho era de “avaliar os pedidos de auxílio e enviá-los para os ministérios de saúde e educação. O valor destes repasses financeiros eram decididos pelo Governo Federal sem qualquer controle social” (MOURA, 2018, p. 22).

⁴ Caixas de aposentadoria e pensões, de carácter contributivo, para garantir direitos trabalhistas aos seus associados. A filiação passava a se dar por categorias profissionais, tendo como as primeiras, a dos Marítimos, Comerciantes e Bancários. De início, os institutos limitavam-se em caso de adoecimento ou morte. Depois, com nova organização, passaram a oferecer outros atendimentos, como habitação, alimentação e assistência médica.

O conselho era vinculado ao ministério supracitado, e formado por pessoas ligadas à filantropia, fazendo com que o estado se voltasse mais “aos excluídos do sistema de Previdência Social. O amparo passou a ser dirigido aos que não conseguiram garantir a sua sobrevivência”. (BRASIL, 2013).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), foi fundada neste mesmo período. Darcy Vargas, naquele momento, primeira-dama do país, “filhou a instituição, que a partir daí passou a ter a frente as esposas dos presidentes do Brasil” (MOURA, 2018, p. 22). Na história da assistência social, foi um marco, do início do que chamamos até hoje, primeiro damismo⁵.

A LBA que surgiu inicialmente para atender famílias de pracinhas brasileiros enviados para a guerra, ganhou espaços entre outros estados, sendo a primeira instituição de assistência com abrangência nacional. Passou então a atender os mais pobres, e gerando um estímulo de um voluntariado feminino. “A LBA reproduziu na esfera pública o modelo assistencialista que já acontecia no campo não governamental, reforçando os laços de dependência dos mais vulneráveis” (MOURA, 2018, p. 22).

Em 1964, foi o estopim do golpe militar. Esta época foi muito marcante para os brasileiros, que foram alvo de retirada de direitos e grande autoritarismo, segundo Moura, qualquer manifestação popular era fortemente reprimida pelas forças militares. (2018, p. 23). Quanto à assistência social, este regime em questão gerou normas, critérios e regras, com o intuito de burocratizar o atendimento à população excluída do país.

Em contraponto, foi neste mesmo período que a previdência social foi ampliada com a criação do FUNRURAL, “um imposto de contribuição previdenciária, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural. ” (MOURA, 2018, p. 23) expandindo assim, à assistência aos trabalhadores do campo.

Agora relacionada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, a LBA foi transformada em fundação pública. Bem como, foram criadas outras instituições para:

Dar assistência de acordo com a faixa etária ou por necessidade dos atendidos. É o caso da fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), A Central de Medicamentos (CEME) e o Banco Nacional de

⁵ É o nome dado ao papel que as esposas dos presidentes da república são colocadas no Brasil, desde os anos 1940. A primeira-dama Darcy Vargas, esposa de Getúlio, foi a primeira a comandar a política de assistência. Todas as primeiras damas brasileiras até a década de 1980 foram responsáveis pela caridade do Estado junto aos pobres, tendo como principais características a benesse, a caridade e o clientelismo.

Habitação (BNH). Nesse contexto é criado também o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (BRASIL, 2013).

O período entre os anos de 1985 até 1995, foi marcado pelo enfrentamento do país a uma “ampla agenda de reformas no que se refere ao papel do Estado no campo social” (SPOSATI, 2009, p.13). Houveram mudanças muito significativas, com um grande destaque para a Constituição Federal (CF) de 1988.

A CF de 1988, operou fundamentais alterações, ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal. Com ela foi inaugurado uma mudança para os brasileiros ao instituir “a seguridade como um guarda-chuva que abriga três políticas de proteção social: a saúde, a previdência e a assistência social” (SPOSATI, 2009, p.13).

A inclusão da “assistência social na seguridade social foi algo plenamente inovador” (SPOSATI, 2009, p.14). Significou a ampliação no campo dos direitos, bem como fez surgir a exigência desta como política pública, formular o conteúdo destes direitos dos cidadãos. Buscando deixar no passado a cultura da caridade e enfatizando o dever do Estado.

O que antes era visto como problema de cada um, ou ‘coisa de pobre”, passou a ser uma questão de todos. Uma responsabilidade pública garantida por lei. Pela primeira vez na história brasileira, o Estado determina que aqueles que não contribuíram para a previdência também tem direito a proteção social. (BRASIL, 2013).

O artigo 203, da Constituição Federal de 1988, marca de forma definitiva o direito à assistência social a todos os brasileiros, quando defendem que ela será prestada a quem dela necessitar, não havendo a necessidade de contribuição à seguridade social.

A Carta Magna supramencionada, alargou o campo da proteção social e o arco dos direitos sociais sob responsabilidade estatal, “com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios” (JACCOUD, 2009).

Foi um início de um processo de transformação na área da assistência social, pode ser interpretado como um rompimento na trajetória do período anterior, tanto no status legal quanto no político. Mas, o processo de aplicação seria lento, afinal seria necessário regulamentar aquilo que havia sido posto pela constituição. (MOURA, 2018, p. 24)

Pulando para o ano de 1993, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), pelo presidente da época, Itamar Franco. Assegurando-a como uma política não contributiva, estabelecendo princípios fundamentais que devem ser assegurados pelo estado a todos aqueles que venham dela necessitar.

A LOAS garantiu ainda o controle social e a gestão com um modelo participativo e descentralizado. Extinguiu o CNSS e criou Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), objetivando normatizar ações e estabelecer o modelo supracitado na assistência.

Nos anos 90 começaram a acontecer as conferências de Assistência Social. Elas foram peças importantes do processo de democratização da Assistência Social no País. No ano de 1993 foi realizada a chamada conferência zero que deu grande contribuição para a área. A primeira conferência nacional foi realizada em 1995. No mesmo ano em que a LBA é extinta junto com o Ministério do Bem-Estar Social. No seu lugar foram criados a secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) e o programa comunidade Solidária. (BRASIL, 2013).

De acordo com Moura, o primeiro texto para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovado em 1988 (2018, p. 25), bem como a Norma Operacional Básica da Assistência social (NOB), através da resolução de nº 207, do dia 16 de dezembro do referido ano pelo CNAS.

Foi deliberada, em 2004, em decorrência da IV Conferência Nacional de Assistência Social, a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como função a gestão do conteúdo desta política. Este sistema “representou um avanço para a organização descentralizada e participativa da política pública de assistência social.” (BRASIL, 2013).

O SUAS é um sistema informatizado, participativo e descentralizado [...] conta com espaços de debates, deliberação e controle das políticas [...] é um sistema igualitário, que respeita as diferenças e características locais; uma gestão que promove a participação popular, através de organizações representativas e a democracia do sistema decisório, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. (MOURA, 2018, p. 25).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da resolução nº 145, do dia 15 de outubro de 2004, elabora, aprova e torna público a segunda versão do texto que se refere à PNAS, demonstrando o interesse na construção coletiva no redesenho da política de assistência social.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS), volta ao cerne da questão no ano de 2005, quando é apresentada para apreciação e aprovação legal.

Esta, ao recuperar em si as normas operacionais dos anos de 1997 e 1998, “torna-se o mais novo instrumento de parâmetro do funcionamento do SUAS. ” (MOURA, 2018, p. 26)

Em 2006, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH). Este documento destaca “as regras quanto às equipes de referência, a contratação dos trabalhadores, planos de cargos, e carreiras, planos de capacitação permanente” (MOURA, 2018, p. 26), dentre outros. Demonstrando assim que a gestão do trabalho, é também um dos núcleos estruturantes do SUAS.

Em 11 de novembro de 2009, através da resolução nº 109 é aprovada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS). Essa normativa é relacionada aos serviços que compõem o SUAS por meio de níveis de proteção e complexidade. Outro importante marco legal na história da assistência social que:

Possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais. (BRASIL, 2013, p.04)

Estas normas, porém, não são imunes a modificações e passaram por elas. Em 2012 há a revogação da NOB/SUAS de 2005 e é apresentado, através da resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, uma nova norma operacional, a nível de aperfeiçoamento do SUAS e incorporação de novas estratégias, para o melhor alcance de metas do sistema.

Outra alteração ocorreu, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que em maio de 2014 teve incluso em seu texto base, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, outra faixa etária – 18 a 59 anos – no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, já existente na legislação anterior.

Quando passamos para a perspectiva da assistência social no estado do Ceará, temos, segundo Moura, que a Secretaria da Ação Social (SAS), criada em 1987, foi a primeira instituição criada no estado para gerir e coordenar as ações da área social (2018, p. 27). Adicionando a missão de oportunizar emprego e renda para os cearenses, no ano de 1991, ela passou a ser chamada de Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS).

SETAS, volta a ser denominada SAS, e “passa a ter a competência de planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as políticas de assistência social e da criança e do adolescente” (MOURA, 2018, p. 27). No ano de 2007, esta referida secretaria foi reestruturada e passou ser denominada de Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

Foi então, que em 2019, com uma nova gestão de governo estadual, houve uma nova reformulação, e está vigente a nova Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), cuja missão é:

Contribuir para elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, coordenando e executando as políticas do Trabalho, Assistência Social e desenvolvendo ações de Segurança Alimentar e Nutricional. (CEARÁ, 2019)

Voltando o olhar referente à esta política em estudo, para a capital cearense, temos que em 2007 ocorreu um grande marco com a criação da primeira Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), durante a gestão, da então prefeita Luizianne Lins.

Durando desde 2005 até 2012, o período de gestão da supracitada ex-prefeita da cidade de Fortaleza, ocorreram ampliações da rede de serviços socioassistenciais. Isto ocorreu com a implantações de diversos equipamentos de proteção social, seja na perspectiva da básica como também da especial.

Houve ainda na mesma época a descentralização do atendimento do Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico). Esta modificação “permitiu um maior acesso da população pobre ao Programa Bolsa Família e a outros benefícios sociais” (ALBUQUERQUE; ALVES, 2012).

Em 2013, um novo governante assume o principal cargo da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), Roberto Cláudio. Com essa nova gestão, a até então, SEMAS, passa por mudanças estruturais e tem a ela incorporada as políticas de trabalho e qualificação profissional.

Com isso, observamos que há nesta mudança uma retirada da centralidade da assistência social, que passa nesse momento, a ser apenas uma coordenadoria, na Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA).

Roberto Cláudio, em segundo e atual mandato, que iniciou em janeiro de 2017, realizou uma reforma administrativa, e optou, com a aprovação da Câmara Municipal de Fortaleza, congregar a supracitada SETRA, com a

Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SCDH), originando daí a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Esta última, sendo a atual responsável pela gerência da política de Assistência Social na cidade de Fortaleza. (MOURA, 2018, p. 28)

Houve alteração de uma gestão supramencionada para outra, pois antes haviam vinte e quatro Centros de Referência de Assistência Social na cidade de Fortaleza, e atualmente contamos com 27 deles. O CRAS itinerante, “que surgiu como uma experiência pioneira no Brasil” (ALBUQUERQUE; ALVES, 2012) foi extinto.

Quanto aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em 2012 havia apenas três, e atualmente em 2019 temos o dobro, totalizando seis unidades. Sem contar com os abrigos, e demais equipamentos da alta complexidade da proteção social abertos na atual gestão.

Dito isto, podemos afirmar que, não só no município de Fortaleza, mas em todas as cidades do país:

Quando o Serviço Chega, chega toda a proteção social: a urbanização, a possibilidade de escola, a possibilidade de posto de saúde [...] significa serviço público de acesso à população aonde ela vive. E esse serviço público é que vai potencializar essa população para que ela use a cidade. O sujeito se dê conta que ele é um cidadão de direito que ele mora numa cidade, num estado e num país e que faça uso dessa cidade, desse estado e desse país. (BRASIL, 2013)

Por fim, observamos que a descentralização no modo de ofertar os serviços, organizados com base na territorialização, os inúmeros documentos regulatórios instituídos no país, o co-financiamento advindos das três esferas de governo, entre outros, representam avanços importantes. E fazem parte de todo o processo de implementação do direito à Política de assistência Social no nosso país.

3. O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

3.1 . Aspectos Conceituais e Normativos⁶

A política de Assistência Social oferece aos usuários programas e serviços socioassistenciais. A forma de organização destes programas e serviços em rede possui o desafio de lidar com as práticas fragmentadas e desligadas da realidade da população usuária.

Com isso, busca-se inserir ações descentralizadas, na qual as várias necessidades dos sujeitos de direitos e suas famílias, possam ser atendidas por várias políticas de uma forma integral. Ou seja, as políticas de múltiplos setores devem se articular em busca da prevenção das situações de riscos sociais.

Os supramencionados, serviços socioassistenciais foram regulamentados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS. Esta foi:

Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social pela resolução nº 109/2009, e consiste em um documento que estabelece as nomenclaturas de forma padronizada e regulamenta os serviços prestados pela Assistência Social para reorganizar as condições de atendimento à demanda. (CARVALHO, 2017, p. 36)

Esta deliberação teve uma crucial importância na busca pela padronização dos serviços, para que estes fossem ofertados à população usuária da mesma forma em todo o território nacional, de acordo com o Sistema Único de Assistência Social.

A Tipificação estabeleceu três serviços referentes à proteção social básica, são eles: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, que poucos conhecem, e o terceiro deles é o objeto de estudo desta pesquisa, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (BRASIL, 2017, p. 8).

⁶ As informações que constituíram este capítulo foram baseadas em dois principais documentos do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Datados do ano de 2017, a saber: Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV se traduz na tentativa de prevenir a violação dos direitos humanos, tendo como base a convivência e o fortalecimento dos vínculos. Segundo a Tipificação, ele pode ser ofertado não somente no ambiente do CRAS, como também em Centros de Convivência ou Entidades privadas, que estejam sendo referenciadas por ele.

A organização metodológica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos compreende quatro aspectos principais, sendo eles: Os grupos de acordo com a faixa etária dos participantes; os eixos norteadores do serviço; os percursos e as atividades em si, que são realizadas nos encontros.

Os usuários do SCFV são divididos em grupos, que ocorrem de forma contínua, ininterrupta, preventiva e complementar ao trabalho desenvolvido no CRAS com as famílias PAIF. Os grupos de convivência são organizados de acordo com a sua faixa etária, sempre buscando respeitar as especificidades de cada ciclo de vida.

Este serviço deve ainda, segundo define a tipificação “prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência (PCD), etnia, raça, entre outros”. BRASIL (2013, p. 16)

As faixas etárias oficialmente tipificadas são: até 6 (seis) anos; de 6 (seis) a 15 (quinze) anos; de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos; de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos; 30 (trinta) a 59 (cinquenta e nove anos) por fim, os idosos, contando a partir dos 60 (sessenta anos).

Enfatizamos que, em consonância com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 13 de 2014, os grupos com idades entre 18 (dezoito) a 59 (cinquenta e nove anos), foram os mais recentes a serem inseridos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Os acessos a estes grupos supracitados podem ocorrer através da procura espontânea por parte da família, por meio de encaminhamentos das mais diversas políticas e rede socioassistencial, bem como pode ocorrer a busca ativa, objetivando convidar estes usuários a participarem do serviço. Enfatizamos, porém que o número máximo por grupo é de 30 (trinta) participantes.

As durações destes encontros são diferentes de acordo com a idade dos usuários daquele grupo específico. Os grupos com o perfil de zero a seis anos, não devem ultrapassar o limite de 1 hora e 30 minutos. Já os das crianças, de seis a quinze anos de idade possui o limite máximo de 4 horas. Os de adolescentes de quinze a dezesete anos, por sua vez, possui o tempo de até 3 horas.

Os grupos que envolvem as pessoas com idade a partir dos 18 anos, não possuem uma padronização do horário. Mas há uma orientação de que suas atividades ocorram “em dias úteis, feriados ou finais de semana, em horários programados, conforme demanda existente no município” (BRASIL, 2017, p. 66).

Embora seja considerado as especificidades de cada faixa etária e desenvolvimento, há alguns aspectos que são comuns e perpassam a todos elas. Deste entendimento foi que se fundou os eixos orientadores deste serviço em tela são três: A convivência social, o Direito de ser, e a participação.

O primeiro e principal deles retrata os serviços de Proteção Social Básica e volta-se ao fortalecimento dos vínculos tanto familiares como comunitários.

As ações e atividades inspiradas nesse eixo devem estimular o convívio social e familiar, aspectos relacionados ao sentimento de pertença, à formação da identidade, à construção de processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania. (BRASIL, 2017, p. 15).

O segundo eixo, “direito de ser”, exorta o exercício da infância e da adolescência. Assim, orienta que as atividades do SCFV promovam experiências que venham a potencializar a vivência desses ciclos etários em toda a sua multiplicidade. Tem em si, alguns sub eixos, tais como: direito a brincar, direito de adolecer, direito de pertencer, entre outros.

O terceiro, e último eixo, diz respeito à Participação, cujo cerne é estimular os usuários do serviço, por intermédio das atividades programadas, a participarem dos espaços da vida pública. Perpassando, portanto, pela família, comunidade e escola, “tendo em mente o seu desenvolvimento como sujeito de direitos e deveres” (BRASIL, 2017, p. 15).

De acordo com a Tipificação, as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, são organizadas e orientadas por percursos. Estes garantem aprendizados constantes aos usuários. Um percurso, neste contexto, define-se como um roteiro.

Neste roteiro, que serve para organizar, planejar e definir como o serviço será operacionalizado pelos municípios, deve-se evidenciar a intenção do SCFV, como será ofertado este serviço em um dado período de tempo. Deve ainda, ter um começo, um meio, e um fim. Enfatizamos que, considera-se até três meses de duração para todas as faixas etárias.

São cinco os Percursos a serem desenvolvidos neste serviço em cerne. O primeiro dele chama-se “Quem sou eu”, em seguida fala-se do “Quem somos”, depois temos o “Onde estamos”, após será retratado o “Para onde vamos” e por último há o percurso de finalização, “Agora vamos”.

“Quem sou eu”, faz referência às competências pessoais de cada indivíduo. Neste percurso é retratado a identidade, nome, sobrenome, cultura familiar, lembranças e experiências. Bem como fala-se do corpo, cuidados, doenças e sentimentos. É nesse momento que os usuários falam do que gostam e o que desgostam, modos de falar e de se vestir, atividades que lhe dão prazer, seus sonhos e projetos de vida.

O segundo percurso, “Quem somos”, diz respeito ao fortalecimento do sentimento de pertença e identidade, bem como contempla as condições e aspectos da vida em sociedade. Vão refletir nesta oportunidade acerca da história da sua família, dos seus espaços de convivência (escola, espaços religiosos e esportivos etc.) e o convívio com o outro.

O percurso de número três, chama-se “Onde estamos”. Nesse momento visa-se conhecer e compreender como os usuários percebem o mundo a sua volta e como buscam e querem participar dele. Buscam conhecer o bairro em que vivem e sua história, perpassando ainda por temas transversais tais como o meio ambiente, o direito à moradia, entre outros.

“Para onde vamos” é o quarto e penúltimo percurso tipificado, onde se objetiva refletir sobre o papel de cada um no território. Durante as atividades deve ser construído um projeto de intervenção para uma ação a ser realizada naquela localidade. Para isso é necessário “desenvolver o potencial de comunicação, estimulando a manifestação de opiniões e posicionamentos e instigando a criatividade por meios e formas de expressão” (BRASIL, 2017, p. 16).

O último percurso, “Agora Vamos”, é o estágio onde se coloca em prática o projeto de intervenção desenvolvido no percurso anterior. Os usuários e participantes daquele grupo iriam interferir naquela localidade, afim de alcançar uma melhoria na comunidade em que estão inseridos.

O quarto aspecto, que finda a lista dos itens metodológicos que organizam o SCFV, diz respeito às atividades realizadas nos encontros. O cerne deste aspecto diz respeito à necessidade de um planejamento prévio e adequado. Respeitando sempre as faixas etárias, os eixos norteadores e a adequação com as temáticas.

O encontro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, é dividido em algumas etapas, e possui estrutura básica norteadora com Acolhida; Atividade Principal e Fechamento da Atividade. A primeira delas trata-se um momento de boas-vindas, feita de forma lúdica, cientes de que esta atividade deve apoiar a intenção da atividade principal.

A Atividade principal, por sua vez, é a ação prevista para o encontro daquele dia. Para este momento deve ser pensado os objetivos, a explicação para os usuários envolvidos, o passo a passo e o tempo necessário para a execução e realização completa de cada etapa da atividade.

Já o Fechamento da Atividade, retorna a ideia de algo dinâmico no sentido de estimular reflexões sobre a realidade e o que aconteceu no encontro. E ainda, os usuários venham a se conectar com os objetivos da atividade. Lembrando que “Toda atividade proposta no grupo deve ter uma intenção que dialoga com os propósitos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2017, p. 75).

Tem de ser mencionado neste momento que o espaço físico onde os grupos deste serviço realizam as suas atividades deve ser organizado de uma forma que venha a “estimular a convivência, a sociabilização e a integração entre os usuários e os profissionais.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

O ambiente físico para a oferta do SCFV deve ter sala para atendimento individualizado, sala para atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias. Esses espaços devem contar com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade, de acordo com os parâmetros da ABNT. (BRASIL, 2013, p. 13).

É necessário ter cuidado para que não haja a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em ambientes sem estrutura mínima adequada, para que assim não ocorra a exposição tanto dos usuários como dos profissionais a situações violadoras de direitos.

A oferta de lanches e/ou refeições nos encontros do SCFV não é uma obrigatoriedade, muito menos um requisito para a execução desse serviço. Cabe ao gestor municipal decidir pela oferta de alimentação, de acordo com a realidade do território e da demanda atendida. (BRASIL, 2017, p. 71).

Em contraponto, há uma exigência, via Norma Operacional Básica de Recursos

Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) datada de 2009, que haja uma equipe de referência⁷ para a oferta deste serviço composta minimamente por um Técnico de Referência e um orientador social ou educador social.

O técnico de referência deve ser um profissional de nível superior, que seja parte integrante da equipe do CRAS. Este profissional deve acompanhar o planejamento e a execução deste serviço em tela, bem como prestar assessoria ao orientador social. É ainda função deste técnico, entre outras, assegurar a “aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar que orienta as ações de proteção social básica da assistência social.” (BRASIL, 2017, p. 74)

O orientador social ou educador social, por sua vez, é uma função exercida por profissional com, no mínimo, nível médio de escolaridade. Este é quem tem atuação direta e constante junto aos grupos do SCFV. Além de tantas outras atribuições, deve sempre buscar que o ambiente de convivência seja participativo e democrático.

Há ainda, em muitos equipamentos a figura do “facilitador de oficinas”, que é um “prestador de serviços que desenvolve fazeres e práticas junto aos usuários dos serviços socioassistenciais como estratégia para o alcance dos objetivos destes serviços” (BRASIL, 2017, p. 59)

São comuns facilitadores de práticas culturais, artísticas, artesanais, esportivas etc. Sua atuação, porém, não deve ser confundida com o orientador ou educador social, aqueles que realmente são responsáveis pelos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. É necessário enfatizar que, a contratação destes facilitadores de oficinas, não possui caráter obrigatório.

Ainda de acordo com a NOB-RH/SUAS (2009), sabe-se que a quantidade e as categorias de profissionais em cada CRAS dependem do porte de cada equipamento e das necessidades das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade presentes no território de abrangência deste.

Mas no que concerne os profissionais e suas quantidades, ligados diretamente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, orienta-se que:

Se cada grupo cumprir carga horária semanal de 15 horas e o orientador social/educador social cumprir jornada de trabalho de 40 horas semanais, ele poderá ser responsável por até 3 grupos (10 horas/semana com cada grupo). As 10 horas semanais remanescentes deverão ser usadas para o

⁷ São aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

planejamento e a elaboração de atividades, reuniões de equipe, avaliações, sistematizações, etc.” (BRASIL, 2017, p. 58)

Deve-se haver, porém, uma maleabilidade para que seja observado e feito as devidas adaptações destas orientações dependendo da realidade local. Partindo do pressuposto de que não haja uma interferência negativa na execução qualificada do serviço e nas responsabilidades e atribuições de cada profissional supramencionado.

Há ainda, um aspecto de fundamental importância a ser destacado nesta temática em estudo, diz respeito ao público prioritário para o atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, categoria esta que será abordada de forma específica em tópico a seguir.

3.2 - O Público Prioritário

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, possui, junto com os demais serviços na esfera da proteção social básica do SUAS uma postura preventiva no que diz respeito ao rompimento das relações familiares e comunitárias. Para isso, possuem como objetivo principal o fortalecimento de vínculos protetivos, construtivos e saudáveis.

Devemos deixar claro, prontamente que, o SCFV faz parte da política de Assistência Social, portanto podem ter acesso a ele todos aqueles que dele(a) necessitar. Contudo, há entre todos os usuários desta política pública, alguns que vivenciam situações de risco social e/ou violações de direitos que foram elencados pela Resolução nº 01/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), tornando-os assim público prioritário.

São 11 (onze) as situações que tornam crianças, adolescentes e/ou idosos, como usuários em situação prioritária, a saber:

- I - Em situação de isolamento;
- II - Trabalho infantil;
- III - Vivência de violência e, ou negligência;
- IV - Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V - Em situação de acolhimento;
- VI - Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII - Egressos de medidas socioeducativas;
- VIII - Situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- IX - Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- X - Crianças e adolescentes em situação de rua;
- XI - Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência; (BRASIL, CNAS, 2003, p. 02).

A primeira delas fala em situação de isolamento, que se configura na ausência de relacionamentos regulares e cotidianos, assim como à redução das oportunidades ou capacidades de se comunicar. Entendemos que o isolamento, pode tornar a pessoa mais insegura, faz surgir o pensamento de que não é alguém importante para as outras pessoas, ou perder o interesse no/com o outro, com tudo isso, pode ser gerado outras situações de vulnerabilidades.

Situações de adoecimento grave ou de longos tratamentos, sequelas de acidentes, deficiências que conferem às pessoas uma estética diferente, envelhecimento com restrições de deslocamento e outras situações dessa natureza tendem a dificultar a convivência entre as pessoas, tanto no âmbito familiar quanto no comunitário. (BRASIL, 2017, p. 38)

A segunda situação destacada fala sobre o trabalho infantil⁸, nesta conjuntura o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realiza o atendimento a essas crianças e adolescentes que ainda vivem ou que já foram retirados deste cenário. Busca então, garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

Enfatizamos que a informação acerca do trabalho infantil deve ser registrado no Cadastro Único, assim como no Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), objetivando assim retratar este fenômeno aos níveis gestores competentes.

A situação de vivência de violência, acontece quando famílias ou indivíduos “são impedidos de praticar ações ou compelidos a executá-las em desacordo com sua vontade” (BRASIL, 2017, p. 40) ocorrendo por muitas vezes ameaças contra a vida. A violência pode ser manifestada por diversas formas, podemos destacar algumas delas: violência física, violência intrafamiliar, violência doméstica, violência psicológica, etc.

A violência física advém de qualquer ação cometida por um agente agressor que causem danos físicos, sejam eles lesões leves ou até a morte. Ela pode ser única ou repetida, acidental ou intencional. Exemplos: queimaduras, torturas, espancamentos, supressão de alimentos com caráter punitivo.

A violência intrafamiliar, pode ser cometida dentro ou fora de casa, pois não se

⁸ Refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional.

restringe ao espaço físico de onde ela ocorre. Caracteriza-se por toda ação ou omissão que impossibilita o bem-estar, “a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito a pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2017, p. 40). É acometida por membros da família, que possuem função parental ou relação de poder à outra, mesmo que sem vínculos de consanguinidade.

A violência doméstica, embora pareça semelhante à violência intrafamiliar, se difere por incluir outros componentes ao grupo. Estes não necessitam obrigatoriamente possuir vínculo parental. Os empregados domésticos, pessoas que estão esporadicamente naquele domicílio, ou agregados podem ser incorporados.

A violência psicológica é observada quando:

Existe um tipo de assimetria nas relações entre as pessoas, mais especificamente nas relações de poder. Ela se expressa na imposição de forças de uma pessoa sobre a outra, que é subjugada num processo de apropriação e dominação da sua vontade. Pode produzir na pessoa que foi subjugada comportamentos destrutivos, isolamentos, medos/fobias, entre outros. (BRASIL, 2017, p. 40)

Já a “Vivência de Negligência”, ocorre quando há omissão e descumprimento de responsabilidades, injustificadas, por parte da família, Estado e sociedade, que são aqueles que tem o dever de cuidar e proteger. É importante enfatizar que, a situação de negligência é caracterizada quando a omissão injustificada mencionada acima pode gerar risco ou violação de direitos da pessoa que demanda cuidados.

Na perspectiva desta situação supracitada, há algumas realidades para exemplo: “privação de cuidados necessários à saúde e higiene; descumprimento do dever de encaminhar a criança ou adolescente à escola; deixar a pessoa sozinha em situação de iminente risco à sua segurança, etc.” (BRASIL, 2017, p. 41). A forma mais grave de negligência expressa-se no abandono, podendo este ser parcial⁹ ou total¹⁰.

É de suma importância que se saiba diferenciar a negligência das situações que se justificam pela condição de vida daquela família. É fundamental reparar nos esforços que as famílias fazem para garantir as necessidades básicas de seus integrantes. Devemos “considerar se a família como um todo está vivendo situações

⁹ Quando os pais ou responsáveis se ausentam, por tempo ilimitado, deixando a pessoa (criança ou adolescente, pessoa idosa ou com deficiência, por exemplo) em situação de risco

¹⁰ Se caracteriza pelo afastamento completo do convívio daqueles responsáveis pelo seu sustento, apoio, amparo e proteção

de abandono e/ou se seus direitos básicos também estão sendo negligenciados. ” (BRASIL, 2017, p. 41).

Agora falando da quarta situação que caracteriza o usuário como público prioritário, ou seja, Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos, retratamos as crianças e adolescentes que tiveram a sua sequência escolar de forma regular interrompida ou retida.

Há uma diferença entre a interrupção e a retenção supracitadas. A primeira delas resulta em abandono dos estudos ou evasão escolar. Já a segunda pode ser provocada por algumas situações. Como exemplo temos a repetência, que traz como consequência a defasagem em relação à idade e série que aquela criança / adolescente deveria estar cursando.

Neste contexto, há duas observações que devem ser enfatizadas: a primeira delas é o fato de que apenas a faixa etária entre 06 a 17 anos de idade que o Governo Federal exige que a frequência e inserção escolar em instituição de ensino seja verificadas e cobradas¹¹ pelos órgãos competentes.

A segunda, é que um dos objetivos tipificados do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é a reinserção e permanência dos usuários no sistema educacional, reconhecendo que a educação é um direito de cidadania. Por este motivo “o encaminhamento de crianças e adolescentes que estejam fora da escola ou em defasagem escolar ao SCFV é coerente. ” (BRASIL, 2017, p. 43)

O 5º (quinto) ponto fala em situação de acolhimento, que por sua vez configura-se em:

Situação em que famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados são atendidos em diferentes equipamentos de permanência provisória ou longa, a depender de cada situação, garantindo a privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos, raça/etnia, deficiência, gênero e orientação sexual, a fim de ter garantida a sua proteção integral. (BRASIL, 2017, p.43)

É imprescindível que se fale que o SCFV não pode ser executado nas unidades de acolhimento, e que estas por sua vez, não devem privar as pessoas que estão nesta situação do direito à convivência comunitária. Estas pessoas devem participar da vida em comunidade e terem oportunidade de construir nela e com ela, laços de afetividade.

¹¹ BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Condicionalidades**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

Pessoas em Cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, é a sexta situação prioritária. Medidas estas que estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – criado no ano de 1990 – e são aplicáveis a adolescentes, entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos, que cometeram atos infracionais.

As medidas socioeducativas devem possuir um “caráter educativo, e de responsabilização do adolescente quanto às consequências do ato infracional.” (BRASIL, 2017). Dito isto, o SCFV não deve ser um espaço onde estes fiquem segregados.

Importante frisar que o encaminhamento e a participação destes jovens para o SCFV devem ter um estreito relacionamento com o acompanhamento e atendimento de toda a sua família no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)¹². E ainda, ao “direito de conviver e fortalecer os seus vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2017).

Ainda neste mesmo cenário, entra em cena a 7ª (sétima) situação geradora de público prioritário, os Egressos de medida socioeducativas. Esta é caracterizada por adolescentes que cumpriram inteiramente sua medida (seja em meio aberto ou fechado). Possuem duração máxima de três anos.

A 8ª (oitava) situação enfatizada diz respeito a “Situação de Abuso e/ou exploração sexual”. A violação sexual pode ocorrer através de diversas situações, e contatos físicos não desejados, tais como: masturbação, penetração, exposição do sujeito a materiais pornográficos, exposição das genitais, linguagem erotizada etc.

A violência sexual, por sua vez, pode ser representada pela exploração sexual e pelo abuso sexual. O primeiro diz respeito ao uso de crianças e adolescentes para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores. Como exemplo, temos a pornografia, o turismo sexual, a prostituição e o tráfico deste público.

O abuso sexual, é a ação de pessoas que possuem “estágio psicosexual mais adiantado” (BRASIL, 2017) ao induzir uma criança e/ou adolescente para que esta realize alguma atividade de teor sexual inadequada a sua idade.

O abuso sexual se configura de diversas formas, sendo elas o exibicionismo, as carícias inapropriadas, a violação ou incesto, os telefonemas obscenos, o voyerismo (observar atividades sexuais), o fetichismo (uso de objetos

¹² Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

inanimados) e o frotteurismo (tocar ou roçar-se numa pessoa que não consente). (BRASIL, 2017, p. 45).

A 9ª (nona) situação, é aquela em que o usuário está com Medidas de Proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Estas medidas são aplicadas por Juiz, Promotor, Conselheiro Tutelar ou outra autoridade competente, a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados e até mesmo violados.

Em situação de rua, é a penúltima situação criadora de público prioritário. Essa população, se utiliza de logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia, de forma temporária ou permanente. Caracteriza-se por possuir uma pobreza extrema e os vínculos familiares fragilizados ou até mesmo rompidos.

São públicos prioritários, pois, qualquer criança e/ou adolescentes que sejam submetidos:

A situações de risco pessoal e social nos espaços públicos devem ser observados com prioridade pelas políticas sociais em razão de sua condição peculiar de seres em desenvolvimento e em face do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual nenhuma criança ou adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2017, p. 47)

Por fim, a última situação destacada fala da Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência¹³, ou seja, refere-se àqueles sujeitos que, devido a deficiência, vivenciam situações que o tornam vulneráveis. Através do SCFV, deve-se promover a participação da pessoa com deficiência, visando assim sua autonomia, qualidade de vida, independência, integração à vida comunitária e inclusão social.

Dito isto, deve ser de ciência de todos que, estas situações de prioridade precisam ser documentadas, e ainda que, o usuário e/ou sua família sejam inclusos em acompanhamento familiar, para que assim possam tomar as providências cabíveis e necessárias.

Ressaltamos ainda que nenhuma destas situações prioritárias supramencionadas deverão ser atribuídas aos usuários, sem que antes haja um meio de comprová-las. É através deste documento, que deve compor a descrição da situação geradora de perfil prioritário, que o encaminhamento ao SCFV deve ocorrer.

A resolução CNAS nº 01/2013 em seu artigo 3º diz que:

¹³Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

“A comprovação das situações prioritárias dar-se-á por meio de documento técnico que deverá ser arquivado na Unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle.” (BRASIL, 2013)

É importante que os profissionais que trabalham com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tenham a sensibilidade necessária para perceber aqueles usuários que, inicialmente não possuíam perfil prioritário, e com o tempo passaram a vivenciar algumas das situações geradoras deste.

Por fim, não se deve esquecer de comentar que, os profissionais que produzem e tem acesso a estes usuários e documentos, devem manter uma postura ética e até sigilosa, tendo em vista que se trata de informações e dados da vida particular daqueles indivíduos bem como de suas famílias.

4. A PERCEÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE EXECUTAM O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VINCULOS NO CRAS JARDIM DAS OLIVEIRAS SOBRE O PÚBLICO PRIORITÁRIO.

4.1- O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal descentralizada de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social. O CRAS perfaz a presença do Estado dentro do território, tornando possível a democratização dos direitos socioassistenciais e ainda contribui para o fortalecimento da cidadania.

Este equipamento tem como objetivo prevenir que ocorram situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território. Para tornar isso possível devem desenvolver as potencialidades e os fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, bem como, ampliar o acesso aos direitos.

Devido a sua “capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS” (BRASIL, 2009, p.09) ou seja, ele torna possível o acesso de um número expressivo de famílias, e indivíduos à rede de proteção social de assistência social.

Na cidade de Fortaleza, até meados de 2005 “existiam apenas oito Centros de Referência de Assistência Social” (ALVES; CAMPOS, 2012). Por volta de 2012, este número já havia crescido e contava-se com vinte e quatro CRAS. Agora, em 2019, temos 27 equipamentos. O CRAS Jardim das Oliveiras é um destes, este será alvo de detalhamento em seguida.

4.1.1. O CRAS Jardim das Oliveiras¹⁴

O Centro de Referência de Assistência Social Jardim das Oliveiras (CJO), é um dos vinte e sete CRAS da Prefeitura Municipal de Fortaleza. É parte integrante da Célula de Proteção Social Básica (CEPB), que por sua vez é vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

¹⁴ As informações apresentadas neste tópico foram desenvolvidas através de análise documental própria do arquivo histórico deste equipamento em tela.

O CRAS Jardim das Oliveiras foi fundado em dezembro de 2005, instalando-se inicialmente em uma sala da Escola Municipal Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, instituição pública, do âmbito municipal, que se situa na Rua Reino Unido, no conjunto Tancredo Neves, no bairro Jardim das Oliveiras.

A primeira equipe de trabalho deste equipamento, era composta apenas por dois assistentes sociais, dois psicólogos e dois apoios administrativos, que se organizavam em dois turnos composto por seis horas diárias. Executavam, durante o primeiro ano de fundação do CRAS, campanhas educativas, passeatas, ações de cidadania junto à comunidade, objetivando assim, ser de conhecimento da população o trabalho e as atividades desenvolvidas naquela instituição.

Porém, as instalações do CRAS na escola supracitada, não correspondiam às necessidades do equipamento, que exigia um espaço próprio. Assim, a fim de legitimar o trabalho e atividades da assistência social no território, foi alugado um prédio na Avenida Rogaciano Leite, onde se manteve até 2013. (MOURA, 2018, p. 38)

No endereço citado anteriormente, no mesmo bairro que o nomeia, o CRAS Jardim das Oliveiras ganha seu primeiro endereço próprio. Nesta mesma oportunidade se somou à equipe de trabalho novos integrantes, podemos citar: coordenadora do equipamento, codificadores de dados, educador social, motorista, manipulador de alimentos, orientador social, vigilante e serviços gerais.

A equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e os perfis devem convergir de forma a favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS. O trabalho social com famílias depende de um investimento e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com objetivo comum de apoiar e contribuir para a superação das situações de vulnerabilidades e fortalecer as potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS. (BRASIL, 2009, p.62)

Devido ao fim do contrato de locação do prédio que até então sediava, o CRAS, em 2014, mudou de endereço, passando a funcionar na Rua Frei Caneca, ainda no mesmo bairro. Durante 1 ano, compartilhou espaço com uma ONG, hoje extinta, nomeada de Projeto do Bem-Estar Comunitário (PBEC). “Essa situação foi negativa para o processo de identificação da comunidade com o equipamento.” (MOURA, 2018, p. 39).

Foi então que, no ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, alugou um novo espaço para que o CRAS Jardim das Oliveiras voltasse a ter a sua estrutura

própria. Só assim, haveria um atendimento às necessidades da comunidade de forma mais satisfatória. Neste logradouro, Rua Major Otacílio Afonso de Sousa, nº 61 – bairro Jardim das Oliveiras, que CJO está localizado até o momento presente.



Fachada do CRAS Jardim das Oliveiras
Foto de autoria do próprio autor – dez. 19

Atualmente, a equipe que trabalha no CRAS em tela conta com um quantitativo de 19 profissionais, sendo estes: Uma coordenadora; duas assistentes sociais; uma psicóloga; uma pedagoga; um arte-educador; uma apoio administrativo; uma manipuladora de alimentos; uma serviços gerais; um motorista; dois porteiros; 04 codificadores de dados e 03 educadoras sociais.

O equipamento em questão está situado em área urbana, funcionando em um prédio de estrutura domiciliar com dois pisos. Na parte térrea temos uma garagem adaptada para Sala de Espera onde, diariamente, realiza-se a Acolhida dos usuários que buscam os serviços nos dois turnos. Neste momento, são dadas informações gerais sobre os serviços, programas e benefícios ofertados pela Política de Assistência Social.

Na sala seguinte contamos com uma Recepção onde uma profissional de apoio realiza a triagem dos usuários e os encaminha para os devidos atendimentos, quais sejam: Cadastro Único¹⁵ e Atendimento Social¹⁶. Adentrando no equipamento, há um

¹⁵ Neste setor é feito inscrição e atualização de dados para o banco de dados para o Cadastro Único do Governo Federal, bem como é fornecido declarações de NIS (Número de Inscrição Social) que comprova inscrição atualizada no sistema em questão. Há ainda as declarações para gratuidade de passagens de ônibus e demais serviços ligados a este cadastro em destaque.

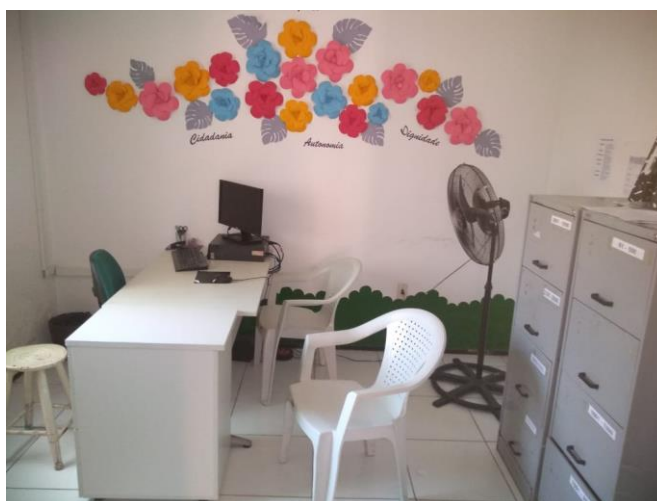
¹⁶ Este atendimento é realizado por técnicas de nível superior da equipe, que possuem escala entre os dias da semana e seus turnos para receber as demandas da população referentes a diversas situações

espaço para o setor de CadÚnico onde trabalham quatro codificadores de dados, profissionais de Nível Médio, cujos atendimentos versam de uma entrevista para a realização e ou atualização do cadastro, dentre outros.



Recepção–Foto de autoria do próprio autor–dez.19

Passando pelo corredor chegamos a uma suíte onde funciona o Atendimento Social, isto é, aquele sigiloso, realizado por um profissional de Nível Superior (Assistente Social, Psicólogo e Pedagogo).



Sala de Atendimento Social – foto de autoria do próprio autor – dez.19

Ao lado, há uma pequena copa conjugada a Sala de Grupos onde são executadas as atividades coletivas de caráter continuado do PAIF e do SCFV.

de vulnerabilidades sociais vivenciadas, alguns exemplos (ausência de documentação civil, insegurança alimentar, bloqueio do bolsa família, etc.)



Sala onde se desenvolvem os grupos do SCFV
Foto de autoria do próprio autor – dez. 19

Na parte superior do equipamento, há uma cozinha onde é preparada a alimentação servida aos grupos, uma Sala para a Equipe Técnica, uma Sala de Reuniões e outra para a Coordenação. Um banheiro / closet são utilizados como arquivo.

Logo no começo da atuação do CJO na comunidade, foi feita uma territorialização, definindo que a área de abrangência deste seriam os seguintes bairros: Alto da Balança/Aerolândia, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Jardim das Oliveiras e Parque Manibura. Devido algumas reuniões que ocorreram entre os CRAS de Fortaleza, geridas pela “Coordenação de Gestão do SUAS e por motivos administrativos, ocorreram outras novas organizações nos territórios” (MOURA, 2018).

Em função disto, presentemente, os bairros de cobertura do CRAS Jardim das Oliveiras, com suas principais comunidades especificadas, são: Cajazeiras (Tamarineiras e Portelinha), Cidade dos Funcionários (Vila Cazumba), Parque Manibura, Parque Iracema e o Jardim das Oliveiras (Tancredo Neves, Cinquentinha, Tasso Jereissati).

O Bairro Jardim das Oliveiras, que dá nome e sedia o CRAS em estudo, fica entre a BR 116 e a Avenida Washington Soares. É cortado pela Avenida José Leon e Rogaciano Leite. Tem como bairros vizinhos, Cidade dos Funcionários e Luciano Cavalcante. E segundo dados do IBGE, está entre os dez bairros mais populosos de Fortaleza, com aproximadamente trinta mil habitantes.

Ele apresenta as seguintes delimitações: ao Oeste, limita-se com a rua; dos Maias. Ao Leste, com Br. 116 e o rio Cocó. Ao Norte, com a rua Francisco das Chagas Mendes. E ao Sul, com a rua; José Leon. É formado por quatro

conjuntos habitacionais: Tancredo Neves, Tasso Jereissati, Vila Verde e Santo Afonso. Além de três áreas de risco, Lagoa da Zeza, Lagoa do Tijolo e a Cinquentinha. (MOURA, 2018, p. 40)

É muito importante que se tenha o conhecimento acerca destas configurações. Só assim é possível que se cumpra um dos eixos estruturantes do SUAS, a territorialização. Este eixo, coloca o território em posição central, e o reconhece como um fator oportuno:

Para a compreensão das vulnerabilidades e riscos sociais, bem como seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (BRASIL, 2009, p.13)

A implantação do setor do Cadastro Único para programas sociais nos CRAS, se tornou um divisor de águas em seu contexto histórico. Esta mudança criou um fluxo numeroso de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) que comparecem para cadastramento, atualizações, bem como resoluções de pendências, toda esta demanda passa agora a ser atendida e acompanhada pelo equipamento.

Com base nos dados constituintes do Relatório Mensal de Atendimento (RMA) e do Relatório Quantitativo Mensal (RQM), do próprio CRAS Jardim das Oliveiras, temos que, até agosto de 2019, havia, por demanda espontânea, uma média mensal de 2 mil pessoas atendidas no atendimento individualizado.

Entre as demandas apresentadas por esta população há algumas que se ressaltam: a solicitação da gratuidade para obtenção de documentação civil; carecimentos referentes aos riscos habitacionais; Necessidade de orientações quando ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e por último, porém não menos importante, as situações de vulnerabilidades com tênue relação com o PBF, principalmente crianças e adolescentes fora do ambiente escolar.

Até os registros datados de agosto de 2019, havia 5933 famílias inscritas, sendo destas, 117 inclusas em acompanhamento familiar. O CRAS Jardim das Oliveiras desenvolve, com isso, outro eixo estruturante do SUAS: a matricialidade sociofamiliar. Podemos dizer isto, pois é organizado de tal forma, para que possa proporcionar:

Apoio às famílias, a fim de assegurar a toda a população o direito à

convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social. (BRASIL, 2009, p.13)

Por fim, após tudo que foi apresentado, podemos afirmar que, ao longo destes 14 (catorze) anos de história e atuação do CRAS Jardim das Oliveiras na comunidade, ele vem possibilitando um progresso significativo para que haja cada vez mais a apropriação do povo sobre aquilo caracterizado como serviço público, e principalmente para que se tenha maior conhecimento acerca dos seus direitos.

4.2- Os Profissionais que executam o SCFV no CRAS Jardim das Oliveiras

O foco desta pesquisa é desenvolvido através da percepção dos profissionais quanto ao público prioritário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para tanto, o universo escolhido para que este objetivo fosse alcançado, foi a equipe responsável pela execução deste serviço no CRAS Jardim das Oliveiras.

A escolha deste universo amostral veio de uma soma de vários fatores, dentre eles, há o fato de que, atualmente, estou inserida no quadro de funcionários deste campo de pesquisa, atuando como Pedagoga, e especificamente como técnica de referência do SCFV. Esta função faz parte da composição da equipe de referência¹⁷ para a oferta deste serviço, e se materializa em um:

Profissional de nível superior que integra a equipe do CRAS para ser referência aos grupos do SCFV. Além do acompanhamento da execução do serviço, especialmente por meio de participação sistemática nas atividades de planejamento e assessoria ao orientador social, cabe a este profissional assegurar, na prestação do SCFV, a aplicação do princípio da matricialidade sociofamiliar que orienta as ações de proteção social básica da assistência social. (BRASIL, 2017, p. 54).

Uma informação importante, que não deve ser ocultada, é que as categorias profissionais de nível superior que preferencialmente, poderiam compor as equipes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram definidas pela Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social.

¹⁷ Segundo a NOB – RH / SUAS – anotada e comentada, “a natureza da referência construída pelas equipes de referência do SUAS é uma só: produzir para o cidadão a certeza de que ele encontrará acolhida, convívio e meios para o desenvolvimento de sua autonomia.” (BRASIL, 2011)

Nesta supracitada Resolução, afirma-se que os profissionais de nível superior deverão possuir Diploma de curso de graduação emitido por instituição legalizada pelo Ministério da Educação (MEC), nas seguintes categorias: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional e Pedagogo. Devendo ainda possuir, quando houver, registro profissional no respectivo Conselho Regional.

Tendo em vista que as atividades diversificadas e atrativas se configuram como uma das características da oferta do SCFV com qualidade e deverão se fundamentar nas demandas múltiplas de trabalho, é fundamental constituir uma equipe multiprofissional.

Neste contexto, que a equipe de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser composta ainda por Orientador Social ou Educador Social. Este profissional, “tem atuação constante junto aos grupos do SCFV e é responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático.” (BRASIL, 2017).

O universo amostral desta pesquisa conta com três educadoras sociais, de sexo feminino, duas delas possuem nível superior – ambas graduadas em Serviço Social – uma delas atualmente está cursando um curso de pós-graduação na área. A terceira educadora social, possui ensino médio completo.

Esta diversidade quanto à formação profissional, se torna possível pois de acordo com a Resolução do CNAS, nº 09 de 15 de abril de 2014, esta categoria profissional pode ter a formação mínima, do nível médio de escolaridade.

Outro integrante da amostra pesquisada, é um profissional do sexo masculino, com nível médio de formação – também formação mínima exigida para o cargo – que exerce a função de facilitador de oficinas.

Esta função é “responsável pela realização de oficinas de convívio por meio de esporte, lazer e cultura.” (BRASIL, 2010, p. 53). Este profissional, especificamente, desenvolve no CRAS Jardim das Oliveiras atividades relacionadas às habilidades manuais, artesanais e culturais.

Os facilitadores de oficinas serão responsáveis pela realização de oficinas de convívio realizadas com os grupos. Deverão planejar, junto ao orientador social, as oficinas que serão desenvolvidas e viabilizar o acesso dos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos às atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer, visando garantir a integração das atividades aos objetivos gerais planejados. (BRASIL, 2010, p. 53).

De acordo com o caderno de orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o Orientador Social pode ser responsável por até três grupos e o Facilitador de Oficinas pode desenvolver atividades em até seis grupos. Ambos se cumpriram uma jornada de 40 horas semanais (considerando grupos com 15 horas semanais).

O trabalho destes 4 (quatro) profissionais em tela é planejado antecipadamente para que seja desenvolvido os percursos previstos e orientados pelas educadoras sociais e as atividades de artes, sob instrução do facilitador de oficinas, em consonância com as temáticas abordadas nos grupos naquele período.

Atualmente, no CRAS Jardim das Oliveiras, há 3 (três) grupos. Sendo 2 (dois) deles de crianças, cujo público possui idades entre 6 (seis) a 9 (nove) anos e de 10 (dez) a 13 (treze) anos de idade. O terceiro grupo tem usuários idosos, com público com acima de 60 (sessenta) anos de idade.

O grupo de criança tem uma particularidade, pois tem uma orientação por parte da secretaria de ser de 6 a 9 anos e de 10 a 13, separados. Só que os nossos grupos acabam que não seguem essa regra que é passada, aqui os grupos são todos de seis até catorze anos. Eles são mistos, as idades não têm essa separação. (VIOLETA,2019)¹⁸

O grupo de idosos ocorre nos dias de terça e sexta, de 8:30hrs às 10:30 horas da manhã. O grupo de crianças acontecem nos dias de segunda e quarta, no turno da manhã no mesmo horário do grupo de idosos supramencionado, e no turno da tarde o horário é de 13:30 às 15:30 horas.

As atividades desenvolvidas nestes grupos giram em torno dos, já mencionado em capítulos anteriores, percursos. Tomando isto como ponto de partida, ocorrem dinâmicas, rodas de conversa, jogos de tabuleiro, atividades manuais e artesanatos, passeios, momentos de lazer e práticas ao ar livre.

Segundo opinião dos profissionais, a orientação de seguir os percursos no desenvolvimento dos grupos do SCFV, foi um grande avanço e “um grande acerto na forma de se trabalhar, pois como era antes, assuntos pontuais, muito soltos, a gente acabava sem levar adiante uma temática e não aprofundava.” (VIOLETA). Esse antigo modo de se trabalhar, também segundo a profissional Violeta, dificultava a

¹⁸ Os nomes utilizados para identificar os profissionais são fictícios para manter a privacidade dos mesmos. Os nomes escolhidos, de flores, são para fazer alusão ao CRAS campo da pesquisa, que se nomeia por Jardim.

identificação de alguma necessidade do usuário do grupo.

Sabe-se que “os profissionais deverão estar atentos às demandas” (BRASIL, 2010) que possam vir ocorrer, e identifica-las. De fato, esta equipe de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em tela, se preocupa muito em observar o comportamento e aceitação dos participantes dos grupos quanto às temáticas e atividades propostas, para que, tão logo percebessem alguma resistência, buscavam realizar atividades de lazer ou dinâmicas para reanimá-los. Sobre esta realidade, a profissional Rosa, explica que:

Embora tenha o planejamento mensal do grupo, ele não é algo rígido, então sempre observamos o comportamento das crianças, por que as vezes eles ficam impacientes em muitos encontros com foco apenas nos percursos. Então com a ajuda do facilitador de artes e as atividades de artesanato e esportes que ele desenvolve, as crianças ganham mais ânimo, e só assim voltamos novamente a tratar dos percursos. Ou até mesmo, no mesmo dia do encontro tentamos encaixar a arte dentro da temática do percurso e dá muito certo, as crianças aceitam mais. O importante é que no final seja tudo documentado no relatório final do mês sobre o serviço. (ROSA, 2019)

Quanto ao vínculo empregatício destes profissionais, tanto a técnica de referência (de nível superior) quanto as educadoras sociais são contratadas por meio de contrato temporário, válido por um ano e podendo ser prorrogado por mais um ano, mediante seleção pública. O facilitador de oficinas, por sua vez é terceirizado de uma empresa pela Prefeitura de Fortaleza.

Os entrevistados possuem uma faixa etária que vai desde os 25 (vinte e cinco) anos, até os 61 (sessenta e um) anos de idade. E ainda, todos eles moram ou no mesmo bairro, ou em bairros próximos ao CRAS Jardim das Oliveiras, facilitando o conhecimento do território em que desenvolvem o seu trabalho.

Fator este de grande importância, pois “é preciso atentar para a adequação do perfil destes profissionais às demandas por atividades, que deve guardar conformidade com a cultura, a realidade local e a faixa etária dos participantes dos grupos.” (BRASIL, 2010, p. 55)

Quanto ao estado civil dos sujeitos desta pesquisa, se alcançou um índice de 50% para aqueles que são casados, e 50% para os que se afirmam solteiros. Em relação à cor da pele e/ou indicação étnica/raça, esses índices numéricos se repetem, pois 50% se autodeclararam brancos, e 50% se declaram pardos¹⁹.

¹⁹ Pardo é um termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) afim de definir a cor/raça atribuída às pessoas com uma mistura de cores de pele.

Em relação ao tempo em que a equipe analisada trabalha no âmbito da política de Assistência Social, a média encontrada é de 4 (quatro) anos, das quais 50% da amostra faz parte deste universo, e o maior tempo decorrido na função é de 7 (sete) anos, perfil este atingido por 25% dos entrevistados.

Ao finalizar essa primeira etapa do processo investigativo de campo, já foi possível se obter como conhecimento que, não só os usuários dos serviços desta política pública em destaque nesta pesquisa, mas também os profissionais que os desenvolvem devem ser alvo da compreensão de serem sujeitos e seres “construídos socioculturalmente” (BRASIL, 2010, p. 52).

E dessa forma, respeitando-os de forma individual e pessoal que será possível obtermos profissionais verdadeiramente comprometidos, com valores éticos e com ambição de construir de forma permanente espaços públicos democráticos nos seus campos de trabalho.

4.3- As percepções dos Profissionais sobre o Público Prioritário no SCFV

Em um segundo momento, as perguntas dirigidas aos sujeitos da pesquisa foram centradas na temática foco desta pesquisa, o público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Perguntei aos profissionais a opinião destes quanto aos impactos proporcionados pelo SCFV nos usuários atendidos. Rosa, acredita que “o serviço amplia as percepções dos usuários, através da informação, troca culturais e a convivência. Assim os resultados são positivos. ”

Margarida, embora tenha a mesma visão positiva sobre os impactos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, é mais detalhista em sua fala, e afirma que:

No grupo de crianças os impactos são quase sempre positivos, pois apesar da mesma vulnerabilidade social, as famílias tem formatos e problemas diferentes, e nos encontros com a vivência elas (crianças) aprendem com essas diferenças, elas desenvolvem seus valores, se descobrem como pessoas com direitos e deveres começam a ter noção de cidadania, socializam e fortalecem os vínculos familiares e sociais, isso tudo impacta na sua formação. (MARGARIDA, 2019).

E complementa sua opinião fazendo pontuações também sobre o grupo de idosos, e relata que:

No grupo de idosos, o SCFV contribui positivamente, pois na maioria das vezes eles buscam o serviço por se sentirem sozinhos, precisando de companhia, atenção, de momentos de distração e nos encontros eles

encontram tudo isso, além de fazerem novos amigos. Também desenvolvem sua autonomia e aumentam sua autoestima. (MARGARIDA, 2019).

Posteriormente, quando questionei se os profissionais percebiam, ou se haviam disparidades em relação ao público prioritário e os usuários em geral do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, obtivemos resposta negativa de todos os entrevistados.

Uma outra pergunta feita foi se existem aspectos facilitadores e/ ou dificultadores em trabalhar com este público no SCFV. Apenas uma resposta trouxe um relato favorável, quando Violeta exemplifica que o público prioritário em situação de acolhimento²⁰ “são muito carentes, então você dando um pouquinho de atenção, você percebe que eles retribuem muito mais rapidamente, e muito melhor que os demais”. (2019). E complementa sugerindo que isto deve ser levado em consideração para que seja uma característica vantajosa no desenvolvimento do trabalho.

Quando se fala de aspectos dificultadores, todos os entrevistados relataram situações que foram desafiadoras para a execução deste Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com o público prioritário, Tulipa afirma de forma sucinta que a maior adversidade “é manter esse público no grupo” (2019).

Mas Margarida em concordância com o que foi dito, explica melhor quando diz:

A grande dificuldade é manter esse público até porque as temáticas e atividades são propostas pelos percursos. Os percursos são muito direcionados para os usuários que estão dentro do seio familiar, e aí como vamos trabalhar com pessoas que estão em acolhimentos? para que a gente possa trabalhar de onde veio a origem do nome, saber sobre o período da gestação, espaços que gostam de estar com a família ou qualquer coisa do tipo, quando na verdade eles não estão neste seio familiar? (MARGARIDA, 2019)

E Violeta ainda complementa tais falas supramencionadas com outros questionamentos:

Como vamos trabalhar estes assuntos da mesma forma com as pessoas que estão dentro do seu seio familiar e aquelas que já estão desprovidas dele? Como nós vamos mexer nessas feridas? Até onde nosso dedo vai machucar? Como vamos colocar o dedo na ferida e trabalhar depois com eles? Como que essas crianças vão reagir? Como que vai estar o psicológico delas pra isso? (VIOLETA, 2019)

²⁰ Esta fala refere-se às experiências com as crianças e adolescentes do Acolhimento Institucional II, vinculado à Prefeitura Municipal de Fortaleza – Localizado atualmente na Av. José Leon, Bairro Cidade dos Funcionários – Fortaleza/CE. Que por um certo período de tempo, em 2019, fizeram parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Jardim das Oliveiras.

A mesma profissional ainda traz uma análise crítica desta prática em questão:

Então, todas essas questões não são levadas em consideração pela secretaria gestora quando eles simplesmente querem colocar de cima pra baixo, sem conversar horizontalmente com os educadores sociais, pra saber na prática o que nós sentimos de dificuldades, eles simplesmente querem os números por conta dos recursos e nós temos que dar um jeito de colocar. Sem pensar nos impactos negativos que isso vai causar nos próprios usuários que estão inseridas no serviço. (VIOLETA, 2019)

A visão de Rosa quanto a este público merece também destaque, e ela relata que, segundo sua percepção, levando em consideração os vários casos prioritários “alguns não deveriam ser atendidos no CRAS, pois somos capacitados apenas para prevenir situações de maior vulnerabilidade. Trabalhamos para fortalecer vínculos.” (2019).

Essa fala ressalta uma importante questão, os níveis de proteção social existentes na política de Assistência Social – a saber Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – e seus respectivos equipamentos, serviços e público alvo.

A saber, a Proteção Social Básica, tem no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) o seu principal equipamento, onde executa (pode executar) três serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e por último, e menos conhecido / desenvolvido, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. O público alvo da Proteção Social Básica são:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS. (BRASIL, 2013)

A Proteção Social Especial por sua vez, é subdividida em Média Complexidade, cujo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o equipamento central.

A este nível de complexidade se desenvolve cinco serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com

Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Há ainda a alta complexidade, onde se executa mais quatro outros serviços: Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

A proteção especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. É responsável pela oferta “de atenção especializada de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos” (BRASIL, 2013).

Dito isto, torna-se fácil entender e compreender as falas dos profissionais entrevistados, quando sentem que o público prioritário que se encaixa nos perfis atendidos pela Proteção Social Especial, é “mais complicado de se trabalhar”. (VIOLETA, 2019).

Rosa explica em seu relato que, se consegue “identificar negligência, a falta de cuidados devidos com os usuários do serviço, a defasagem escolar, e conseguimos acompanhar essas situações, diferente do trabalho com as pessoas que já com vínculos totalmente rompidos” (2019).

Em consonância com a fala supracitada, Margarida explica a dificuldade encontrada no trabalho com esse público, cujo perfil segundo ela, não cabe atendimento no serviço da Proteção Social Básica. Conta que:

Quando as crianças já estão tão envolvidas nessa questão de trabalho infantil, ou situação de rua, ou em acolhimentos, elas já estão de uma forma com os vínculos já tão rompidos, tão fragilizados às vezes, que fica complicado nós aqui no CRAS termos como trabalhar essa situação, acaba que o grupo não prende de fato essas crianças, com as atividades que elas propõem. (MARGARIDA, 2019).

Tulipa, aproveita a explicação dada e complementa alegando que a realidade é esta, mas não se tem “um direcionamento de como devemos fazer isso” (2019), e tornar isso atrativo para o público em tela. Margarida, continua concordando, “não recebemos nenhuma qualificação profissional adequada para lidar com o público prioritário e sim com os usuários da PSB, que é algo preventivo.” (2019).

Foi neste momento oportuno que realizei então a última pergunta da entrevista, voltado especificamente para esta questão, se os profissionais se sentiam preparados, de forma adequada, para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com o público prioritário.

Foi então, que Rosa iniciou rapidamente sua fala nos contando que “no começo da minha experiência com o público prioritário, foi até difícil, por que não me senti preparada para trabalhar com crianças afastadas da família, com pessoas com vínculos rompidos, algumas vezes bem rebeldes e agressivas.” (2019).

Violeta concorda, que eles não possuem nenhum preparo e nenhuma capacitação adequada relata que:

A realidade é que quando há as capacitações, o que nos é passado é ‘o que é’, as definições do público prioritário, o que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o que são as coisas. Coisas essas que nós já sabemos de ler e estudarmos para passar na prova da seleção pública. Não temos capacitação de como fazer. Só há essa explicação de conceitos, sendo que estes nós já deveríamos saber na ponta da língua antes mesmo de começar a trabalhar com este serviço. (VIOLETA, 2019)

Eles compreendem que essa deliberação advém do Ministério, ou seja, de nível federal, e que a secretaria municipal deve exigir por conta disso, a questão é que, segundo explica Tulipa, “eles nos exigem, mas eles não dão a contrapartida de uma capacitação para que a gente possa saber trabalhar de fato com esse público” (2019).

A fala de Margarida ainda complementa a opinião dos colegas, ao dizer que “primeiro eles não dão nenhuma capacitação para que a gente saiba como trabalhar esse público, segundo que a gente não tem material de apoio que nos subsidie em relação a isso” (2019).

Estas falas contradizem documentos oficiais do Governo Federal, que estabelece que as capacitações das equipes deve ser um “processo permanente de aquisição de conhecimentos [...] de troca e compartilhamento de saberes, abrangendo as vivências dos envolvidos em seu processo de trabalho” (BRASIL, 2010) sem menosprezar, porém, as demais experiências advindas da formação profissional.

E quando se trata do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

As capacitações devem contemplar os padrões conceituais, operacionais e metodológicos do Serviço, de modo que seja possível constituir uma oferta com qualidade nacionalmente homogênea, mas capaz de abranger a demandas e peculiaridades locais, contribuindo, assim, para o aprimoramento da abordagem metodológica e das propostas desenvolvidas em cada território. (BRASIL, 2010).

O fato que deve ser de ciência de todos, é que as capacitações das equipes, não só na política de Assistência Social, mas nas demais esferas de governo, deve ser um processo permanente de aquisições de conhecimento, pois isso implica em trabalhadores mais participativos e interessados nos processos do fazer profissional, bem como na qualificação dos serviços.

Acredito que o serviço, e o desenvolvimento dele com o público prioritário, pode ser ainda maior e melhor realizado se obtivermos as devidas qualificações. Pois acredito que quanto mais capacitados e qualificados são os profissionais que os executam, mais preparado estarão para enfrentar as situações adversas que poderão surgir, e assim, podem conferir mais qualidade e consistência ético-política ao trabalho desenvolvido.

E finalmente, retornando ao conceito supramencionado de 'Equipe de Referência', enfatizo que estes profissionais excedem a função de organizar a oferta dos serviços, programas e projetos desta política em tela. Assim sendo, admite-se que são destas equipes, a responsabilidade de dar vida ao Sistema Único de Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa traz reflexões acerca do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, abordando de forma especial o Público Prioritário que deve ter acesso a este serviço, segundo regras advindas de órgãos de instância federal / nacional.

Através deste estudo foi possível fazer análises significativas sobre este serviço cujo impacto esperado é a redução da ocorrência de vulnerabilidades sociais e prevenção da ocorrência de riscos sociais bem como impedir seus agravamentos ou reincidência – situações estas típicas da atuação da Proteção Social Básica.

Por este motivo, toda a inquietação inicial, relacionada aos perfis deste Público Prioritário estudado e apresentado só se solidificou com a percepção conjunta dos profissionais entrevistados, que também levantaram a questão de que deveriam ser atendidos no âmbito da Proteção Social Especial.

Julga-se necessário destacar que não são todos os 11 (onze) perfis que são levados em consideração nestes pontos de vistas. Mas principalmente, o público que se enquadra em situação de isolamento; trabalho infantil; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA e ainda em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e em situação de acolhimento.

Pois acredito que estes perfis supramencionados já são demandas de acompanhamento para um equipamento cujo foco são vínculos rompidos e direitos violados – CREAS - e não para um cujo objetivo e ações são de caráter preventivo – CRAS.

Estes dois últimos devem ser destacados, pois jovens em situação de acolhimento já foi um público atendido por este equipamento e por esta equipe em estudo, devido grande números de acolhimento no território do CRAS Jardim das Oliveiras.

E neste período se registrou junto à gestão do equipamento inúmeras queixas relacionadas aos comportamentos agressivos – sejam eles de forma física ou verbal – destes jovens entre eles mesmos e com as demais crianças da comunidade que fazem parte do grupo, um aspecto dificultador na execução do serviço na época.

Ao destacar os usuários que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto como público prioritário que deve fazer parte do SCFV, ainda temos

outra situação intrigante, pois onde se desenvolve este supracitado serviço – no caso o CRAS Jardim das Oliveiras – há um considerável número de jovens que cumprem suas medidas neste mesmo espaço e se torna confuso quanto ao cumprimento de seus objetivos – tanto da medida socioeducativa quanto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Ainda sob este mesmo aspecto crítico, deve ser reforçado a questão da pouca documentação e bibliografia sobre a temática – Público Prioritário – para o embasamento teórico e metodológico dos profissionais que são responsáveis por desenvolver este serviço

Nesta mesma conjuntura, acredita-se que seja por este motivo, a ausência de capacitações constantes e adequadas para as equipes de referência, aspecto este que também foi alvo de grandes críticas no momento das entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Outra realidade limitante no desenvolvimento desta política, é o atual recorte de gastos feito pelo Governo Federal. Este público prioritário em contrapartida é alvo de recursos com maiores valores financeiros que os demais usuários, fazendo com que a gestão municipal exija cada vez mais a identificação destes.

Afinal, os recursos são de fundamental importância para dar continuidade às ações, além de expandir os serviços sociais com a oferta de programas, projetos e serviços. E isto – a garantia destes repasses financeiros – é um papel de fundamental importância do Estado

Mas temos um aspecto positivo, quando se fala do desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na cidade de Fortaleza, pois foi deliberada pela gestão municipal que seriam ofertadas duas refeições aos participantes deste serviço.

A alimentação vem para os equipamentos que são responsáveis por preparar as refeições dos grupos, respeitando os horários e o tipo de refeição culturalmente consumida. Por exemplo, grupos que ocorrem no grupo da manhã, ao chegar são recebidos com lanche / café da manhã e antes de irem embora almoçam. E no turno da tarde iniciam com um lanche / café da tarde e finalizam com jantar ou sopas.

E se tratando, especificamente, do campo de pesquisa deste estudo, há outro ponto que deve ser destacado de forma positiva, pois após último monitoramento feito pelo Governo do Estado a todos os equipamentos de Assistência Social em Fortaleza, o CRAS Jardim das Oliveiras, foi o único que possuía todos os relatórios de

identificação do público prioritário devidamente preenchido e arquivado. Bem como todas as famílias deste público adequadamente incluídas em acompanhamento familiar – PAIF.

Perfazendo esta pesquisa monográfica, sabe-se que busquei realizar um estudo e análise crítica mais aprofundada sobre a temática do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e sobre o Público prioritário deste, para que haja uma melhor compreensão e análise sobre toda a sua complexidade e riqueza que me deparo diariamente no meu fazer profissional.

Considero, nesta perspectiva, que o tema abordado nesta pesquisa é de fundamental importância não só para o Serviço Social, como também para todas as categorias profissionais de nível superior incluídas no SUAS, assim como para os trabalhadores da política de Assistência Social que possuem nível médio de formação.

Todo este processo de construção deste estudo, enfim, me agregou muitos conhecimentos, estes por sua vez fizeram-me ver a política de Assistência Social de uma outra forma. Ouso dizer que passei a enxergar de fato, não só apenas como antiga pedagoga imersa a anos neste campo de atuação, e sim como uma futura assistente social, que vê muito além do que se é apresentado frente aos olhos.

Todo este processo de pesquisa foi de tal forma, agradável e satisfatório, que a vontade de permanecer em análise, e poder vivenciar, e estudar mudanças que poderão vir a ocorrer, é considerável. E assim, como a longa e rica história da Assistência Social, a minha, como uma futura profissional, e eterna pesquisadora e defensora dos direitos, não se findam também aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Org.). **ASSISTENCIA SOCIAL EM FORTALEZA: UMA POLÍTICA DE DIREITO EM CONSTRUÇÃO**. Fortaleza: EdUece, 2012. 123 p.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues; CAMPOS, Iranice de Oliveira. FORTALEZA - DE UM DESEJO A UM DIREITO DE CIDADE: A CONSTRUÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE DIREITO. In: ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Org.). **ASSISTENCIA SOCIAL EM FORTALEZA: UMA POLÍTICA DE DIREITO EM CONSTRUÇÃO**. Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 13-20.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos** – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS**. 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019

_____. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Condicionalidades**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 01 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013**. MDS, 2013. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-001-21-02-2013.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 17 DE 20 DE JUNHO DE 2011**. MDS, 2011. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2011/RESOLUCaO%20No%2017%20DE%2020%20DE%20JUNHO%20DE%202011%20.pdf

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 09 DE 20 DE JUNHO DE 2014**. MDS, 2011. Disponível em: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/CNAS_2014_-_009_-_15.04.2014-1.pdf/view

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Especial Apresenta História da Assistência Social no Brasil**. Brasília: Tv Brasil Gov., 2013. Son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qPE5MdntV2Y>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS: NOB-RH/SUAS**. Brasília: Edições MDS, 2009. 76 p

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Edições MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

_____. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: Edições MDS, 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2013. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

CARVALHO, Yara Maria Vieira de. **DESAFIOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA IDOSOS DE ACORDO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. 2017. 98 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/17454/1/2017_YaraMariaDeCarvalho_tcc.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). **LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)**. 1993. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

JACCOUD, Luciana. **PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DEBATES E DESAFIOS**. In: BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. CONCEPÇÃO E GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL**. Brasília: Edições MDS, 2009. p. 57-86

MARTINELLI, Maria Lúcia. **SERVIÇO SOCIAL: IDENTIDADE E ALIENAÇÃO**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MINAYO, M.C.S. (org.). **PESQUISA SOCIAL**. Teoria, método e criatividade. 32 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOURA, Gabrielly da Silva. **A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA NO CRAS JARDIM DAS OLIVEIRAS**. 2018. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **O PROJETO DE PESQUISA E A MONOGRAFIA:** Etapas Fundamentais do trabalho científico. Fortaleza: UECE/IEPRO, julho, 2000.

PIANA, Maria Cristina. **A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA DOCUMENTAL:** avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Akleyanne Kelle Saraiva. **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE CORTE E COSTURA SOBRE O PRONATEC.** 2015. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **MODELOS BRASILEIROS DE PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA: CONCEPÇÕES FUNDANTES.** In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **CONCEPÇÃO E GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL.** Brasília: Edições MDS, 2009. p. 13-55

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Livre Consentimento e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Participante:

Eu, Rita de Cássia Duarte de Figueiredo de Alencar, estudante do curso de graduação de Serviço Social na faculdade Ratio, estou realizando uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso com o tema centrado no público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos.

Informo que sua participação envolve um questionário e uma entrevista semiestruturada, na qual serão utilizados gravador de voz e caderno de anotações para um melhor registro dos dados. Ela é voluntária e se em qualquer momento desejar desistir de continuar, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la. Mesmo não tendo benefícios diretos em particular, você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimentos científicos. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora por meio do e-mail: ritacdfa52@gmail.com.

Fortaleza, __/__/__

Pesquisadora

Consinto em participar deste estudo bem como a pesquisadora tem direito de utilizar os dados e os resultados obtidos em eventos de cunho científico, como seminários, simpósios e publicações em revistas. Além disso, declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Fortaleza, __/__/__

Participante da pesquisa

APÊNDICE B – Questionário

QUESTIONÁRIO

Nome Completo:

Sexo:

FEMININO () MASCULINO ()

Idade: _____

Função Exercida:

Tempo na função exercida:

Formação Profissional / Escolaridade:

Estado Civil:

SOLTEIRO () CASADO () DIVORCIADO () UNIÃO ESTÁVEL ()

Etnia:

Vínculo Empregatício:

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semi Estruturada

ENTREVISTA

1. Quantos grupos de SCFV há e quais são eles (público atendido), atualmente no CRAS Jardim das Oliveiras?
2. Quais atividades são desenvolvidas nos grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS Jardim das Oliveiras?
3. Qual sua opinião quanto aos impactos proporcionados pelo SCFV nos usuários atendidos por este serviço?
4. Vocês percebem, se há disparidades em relação ao público prioritário e os usuários em geral do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?
5. Se houver, quais são os aspectos facilitadores e/ou dificultadores em trabalhar com este público prioritário no SCFV?
6. Você acredita ter sido preparado / capacitado, de forma adequada, para a execução do Serviço realizado em relação com o público prioritário?

APÊNDICE D – Registros fotográficos.



Foto 01 – Crianças desenvolvendo atividades no grupo – Registro próprio da autora.



Foto 02 – Crianças desenvolvendo atividades no grupo em parceria com a CAGECE – Registro próprio da autora.



Foto 03 – Crianças em atividades no grupo – Registro próprio da autora.



Foto 04 – Crianças apresentando o artesanato desenvolvido no grupo – Registro próprio da autora.




Foto 05 – Grupo de idosos em passeio ao DETRAN-CE – Registro próprio da autora.



Foto 06 e Foto 07 – Idosos desenvolvendo atividade programática em grupo – Registro próprio da autora.

ANEXOS



ANEXO A – Imagens do documento comprobatório dos usuários perfis de público prioritário.


Prefeitura de Fortaleza
Secretaria Municipal de Assistência Social

COORDENADORIA DE GESTÃO INTEGRADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – COGAS
CÉLULA DE PROTEÇÃO BÁSICA – CEPB
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO PÚBLICO PRIORITÁRIO

IDENTIFICAÇÃO		
Nome completo:		
Apelido (caso seja relevante):		
Nome da mãe:		
Data de Ingresso no público prioritário (DIMA):		
Programas e Serviços da Assistência Social pelos quais a família está sendo acompanhada: <input type="checkbox"/> PAIF <input type="checkbox"/> PAEFI		
NIS da pessoa de Referência:	Data de nascimento:	
Endereço:		
Número:	Complemento:	CEP:
Bairro:	Município:	Ponto de referência:
Telefones para contato (com DDD):		
Localização do domicílio: <input type="checkbox"/> Comunidade <input type="checkbox"/> Urbano <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Reside em Abrigo		
FORMA DE INGRESSO NA UNIDADE E MOTIVO DO PRIMEIRO ATENDIMENTO		
De que forma a família/ indivíduo acessou a Unidade para o primeiro atendimento?		
<input type="checkbox"/> Por demanda espontânea <input type="checkbox"/> Busca ativa realizada no território <input type="checkbox"/> Encaminhamento da Proteção Básica <input type="checkbox"/> Encaminhamento da Proteção Especial <input type="checkbox"/> Encaminhamento de Políticas Setoriais/ Assinalar qual:		
<input type="checkbox"/> Encaminhamento pelo Sistema de garantia de Direitos/ Assinalar qual:		


Av. Fortaleza Ceará, s/n - Estorilândia - CEP 05.700.000 Fortaleza - Ceará - Brasil
 84.9161.3370


Anexo 01 – Documento a ser preenchido para comprovação de público prioritário (Página 01) – Registro cedido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza

SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E/OU RISCO QUE CARACTERIZAM COMO PÚBLICO PRIORITÁRIO

- Em situação de isolamento
- Trabalho infantil
- Vivência de violência e/ou negligência
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos
- Em situação de acolhimento
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto
- Egressos de medidas socioeducativas
- Situação de abuso e/ou exploração sexual
- Com medidas de proteção do ECA
- Crianças e adolescentes em situação de rua
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência

Breve histórico da situação:

Orientação/Encaminhamentos – [com data e técnico responsável]

Parecer do técnico – [com data e técnico responsável]

